

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A | Resultados 2023

Cuiabá, 12 de março de 2024 - A Administração da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Mato Grosso” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T23) e do exercício de 2023. As demonstrações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. Considerações gerais

A Companhia atende:



1,6 milhão
clientes cativos



737
clientes livres



3,6 milhões
de habitantes



903.208
Km²



3.672
Colaboradores ^(*)
2.504 próprios e
1.168 terceirizados*



142
Municípios ^(**)

(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

(**) Após decisão do STF em 06/10/2023 o estado de Mato Grosso passa a ter 142 municípios. O distrito de Sorriso, Boa Esperança, agora é denominado município de Boa Esperança do Norte.

No final do exercício, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2023	2022	Varição
Subestações - nº	178	173	5
Capacidade instalada nas subestações - MVA	4.327	4.300	27
Linhas de transmissão - km	7.206	7.206	-
Redes de distribuição - km	229.114	211.187	17.927
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	252.648	229.160	23.488
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	5.170	4.642	528

Nota: Alguns dados são provisórios passíveis de ajustes de inventário e contagem.

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Desempenho econômico-financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita operacional líquida	2.105,3	1.798,0	+ 17,1	7.565,3	7.131,9	+ 6,1
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	1.815,1	1.549,6	+ 17,1	6.625,9	6.181,2	+ 7,2
Margem bruta	987,0	756,6	+ 30,5	3.436,8	2.997,2	+ 14,7
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	931,4	679,0	+ 37,2	3.123,7	2.756,4	+ 13,3
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	621,4	370,8	+ 67,6	2.125,5	1.879,8	+ 13,1
Resultado financeiro	(63,9)	(140,4)	- 54,5	(488,3)	(477,5)	+ 2,3
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	405,9	161,5	+ 151,2	1.113,7	986,6	+ 12,9
Indicadores operacionais						
Número de consumidores cativos (mil)	1.638,8	1.598,0	+ 2,6	1.638,8	1.598,0	+ 2,6
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	2.275,5	1.972,3	+ 15,4	7.847,9	7.573,5	+ 3,6
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁵⁾	2.978,0	2.536,2	+ 17,4	10.440,8	9.859,8	+ 5,9
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado/Receita líquida (%)	29,5	20,6	+ 8,9 p.p.	28,1	26,4	+ 1,7 p.p.
Indicadores financeiros - R\$ milhões						
		2023		2022		Var. %
Ativo total		13.011,0		11.807,4		+ 10,2
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras		987,7		772,5		+ 27,9
Patrimônio líquido		3.761,1		3.099,2		+ 21,4
Endividamento líquido		4.545,7		4.150,4		+ 9,5

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura. | (2) Margem bruta ajustada expurga o efeito do VNR | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A ANEEL aprovou em abril de 2023 a Revisão Tarifária Periódica da EMT homologando um crescimento real de 43,4% da base de ativos da distribuidora. Para mais detalhes recorrer ao item 8 deste documento.

3. Receita operacional

No 4T23, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, mostrou aumento de 17,1% (R\$ 265,4 milhões) totalizando R\$ 1.815,1 milhões.

A receita operacional líquida do período está influenciada pela atualização financeira do VNR no valor positivo de R\$ 55,6 milhões. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, no 4T23, foi de R\$ 1.759,4 milhões, 19,5% (R\$ 287,4 milhões) maior do que o mesmo período de 2022.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	2.372,8	1.830,0	+ 29,7	7.959,3	7.030,4	+ 13,2
✓ Residencial	1.192,2	883,6	+ 34,9	3.819,7	3.273,0	+ 16,7
✓ Industrial	147,9	135,3	+ 9,3	587,1	555,1	+ 5,8
✓ Comercial	388,8	322,2	+ 20,7	1.409,6	1.330,3	+ 6,0
✓ Rural	392,5	285,7	+ 37,4	1.290,2	1.104,7	+ 16,8
✓ Outras classes	251,4	203,3	+ 23,7	852,8	767,3	+ 11,1
(+) Suprimento de energia elétrica	(0,0)	37,6	-	44,0	132,5	- 66,8
(+) Fornecimento não faturado líquido	1,3	32,9	- 96,2	96,4	92,6	+ 4,1
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	279,3	237,6	+ 17,5	1.002,5	910,5	+ 10,1
(+) Receita de construção de infraestrutura	290,3	248,3	+ 16,9	939,3	950,7	- 1,2
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	(29,5)	(2,7)	+ 1.006,2	140,3	388,1	- 63,8
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	124,4	120,0	+ 3,7	500,7	446,0	+ 12,3
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	55,6	77,6	- 28,3	313,1	240,8	+ 30,0
(+) Outras receitas	(7,6)	(10,2)	- 25,5	7,6	(6,5)	-
(=) Receita operacional bruta	3.086,6	2.571,2	+ 20,0	11.003,2	10.184,9	+ 8,0
(-) Impostos sobre vendas	672,9	530,5	+ 26,8	2.281,6	2.073,4	+ 10,0
(-) Encargos setoriais	308,3	242,7	+ 27,1	1.156,4	979,6	+ 18,0
(=) Receita operacional líquida	2.105,3	1.798,0	+ 17,1	7.565,3	7.131,9	+ 6,1
(-) Receita de construção de infraestrutura	290,3	248,3	+ 16,9	939,3	950,7	- 1,2
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	1.815,1	1.549,6	+ 17,1	6.625,9	6.181,2	+ 7,2

3.1. Margem bruta

No 4T23, a margem bruta alcançou R\$ 987,0 milhões, 30,5% maior do que o mesmo período do ano anterior. Já a margem bruta ajustada foi de R\$ 931,4 milhões, aumento de 37,2% em relação ao 4T22.

Margem bruta Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita operacional líquida	2.105,3	1.798,0	+ 17,1	7.565,3	7.131,9	+ 6,1
(-) Custo de construção de infraestrutura	290,3	248,3	+ 16,9	939,3	950,7	- 1,2
(=) Receita operacional líquida (sem custo de construção da infraestrutura)	1.815,1	1.549,6	+ 17,1	6.625,9	6.181,2	+ 7,2
(-) Custos e despesas não controláveis	828,1	793,0	+ 4,4	3.189,2	3.184,0	+ 0,2
Energia elétrica comprada para revenda	680,6	655,6	+ 3,8	2.615,4	2.665,5	- 1,9
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	147,5	137,5	+ 7,3	573,8	518,5	+ 10,7
(=) Margem bruta	987,0	756,6	+ 30,5	3.436,8	2.997,2	+ 14,7
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	55,6	77,6	- 28,3	313,1	240,8	+ 30,0
(=) Margem bruta ajustada	931,4	679,0	+ 37,2	3.123,7	2.756,4	+ 13,3

No comparativo entre os trimestres, o aumento da receita líquida e da margem bruta são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Na rubrica de receita de energia elétrica, o aumento de 29,7% pode ser explicado pelo mercado que cresceu 17,4% quando comparado com o 4T22 e pelo efeito médio da tarifa de + 8,81% devido à revisão tarifária ocorrida em abril de 2023;
- (ii) Na rubrica de suprimento de energia, composta pela liquidação de energia no mercado de curto prazo, onde as sobras de energia são valoradas ao PLD, a variação de R\$ 37,6 milhões é reflexo da redução do nível de contratação (diferença entre energia contratada e carga realizada);

- (iii) Na receita de fornecimento não faturado, em virtude do crescimento de mercado, a companhia utilizou os créditos de PIS/Cofins constituídos para repassar integralmente a alíquota efetiva do período. Já no 4T22, a alíquota efetiva repassada foi inferior à alíquota efetiva realizada;
- (iv) Os ativos e passivos setoriais registraram uma redução de R\$ 26,6 milhões neste trimestre devido (i) Em 2023, o PLD médio negociado foi de R\$ 77,58/MWh, o que comparado ao ano anterior, gera um financeiro menor uma vez que o PLD médio em 2022 de R\$ 55,70/MWh, e (ii) em função do cenário de escassez hídrica em 2022, o custo de energia superior a cobertura tarifária foi homologado nas tarifas e transferido para a amortização. Em 2023, com a mudança do cenário climático e mercado crescente, os custos se mantêm mais equilibrados levando a uma formação de financeiro menor. Assim, as distribuidoras amortizaram um financeiro maior e tiveram uma formação de itens financeiros (CVA) negativa;
- (v) A linha de ativo financeiro da concessão - VNR apresentou redução de 28,3% no 4T23 na comparação ao mesmo período do ano passado, devido à menor inflação registrada no período referente à atualização financeira do ativo financeiro.

3.2. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 2.978,0 GWh aumento de 17,4% em relação ao mesmo período do ano anterior - maior taxa em 21 anos.

O mercado da distribuidora registrou crescimento nas principais classes, com destaque para a residencial (+23,2% ou 211,9 GWh), que puxou metade da alta no 4T. Temperaturas recordes e acima da média foram decisivas. Já as classes industrial (8,0% ou 43,8 GWh) e comercial (+11,0% ou 48,3 GWh) foram direcionadas sobretudo pela cadeia de alimentos. A rubrica outros (+8,3% ou 23,6 GWh) em especial o poder público, foi influenciada pela retomada de atividades presenciais. A classe rural cresceu 32,1% (114,2 GWh), com destaque para produtores de grãos.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	4T23
Residencial	1.124,8	913,0	+ 23,2	3.705,0	3.378,4	+ 9,7
Industrial	588,0	544,2	+ 8,0	2.328,0	2.255,3	+ 3,2
Cativo Industrial	119,9	136,8	- 12,3	513,9	578,7	- 11,2
Livre Industrial	468,0	407,4	+ 14,9	1.814,1	1.676,7	+ 8,2
Comercial	487,7	439,4	+ 11,0	1.833,5	1.792,3	+ 2,3
Cativo Comercial	345,7	327,5	+ 5,5	1.309,1	1.355,0	- 3,4
Livre Comercial	142,1	111,9	+ 27,0	524,4	437,3	+ 19,9
Rural	470,4	356,2	+ 32,1	1.485,8	1.388,4	+ 7,0
Cativo Rural	398,3	330,0	+ 20,7	1.309,0	1.282,0	+ 2,1
Livre Rural	72,0	26,2	+ 174,6	176,8	106,4	+ 66,2
Outros	307,1	283,5	+ 8,3	1.088,4	1.045,4	+ 4,1
Cativo Outros	286,7	265,0	+ 8,2	1.011,0	979,4	+ 3,2
Livre Outros	20,4	18,4	+ 10,7	77,5	65,9	+ 17,5
1 Vendas de energia no mercado cativo	2.275,5	1.972,3	+ 15,4	7.847,9	7.573,5	+ 3,6
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	702,5	563,9	+ 24,6	2.592,9	2.286,3	+ 13,4
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	2.978,0	2.536,2	+ 17,4	10.440,8	9.859,8	+ 5,9
4 Fornecimento não faturado	4,5	-15,4	-	101,9	28,0	+ 263,6
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	2.982,5	2.520,8	+ 18,3	10.542,7	9.887,8	+ 6,6

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o período com 1.638.772 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,6% superior à registrada no mesmo período do ano anterior, e com 737 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado - [clique no link](#)

3.3. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

As perdas de energia alcançaram 14,09% no 4T23, aumento de 0,56 em relação às perdas registradas no 4T22. Um fator relevante em 2023 foi o crescimento da demanda de energia, que não foi totalmente refletida no faturamento. Isso se originou de um clima mais quente influenciado pelo fenômeno do ‘El Niño’. Este é um efeito de oscilação de curto prazo. A Companhia tem intensificado as ações de combate às perdas não técnicas e adotado medidas incrementais tais como aumento de equipes de inspeção, aumento nos investimentos em blindagens de rede e sistemas de medição centralizados para combate de ligações clandestinas.

O comportamento das perdas de energia elétrica da Companhia foi o seguinte:

									Últimos 12 meses
Perdas técnicas (%)			Perdas não-técnicas (%)			Perdas totais (%)			ANEEL
dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23	
8,90	8,87	8,86	4,62	5,00	5,23	13,52	13,88	14,09	12,11 ●

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. Os cálculos das perdas não-técnicas representam a melhor estimativa da Administração.

A companhia tem intensificado as ações de combate às perdas não técnicas e adotado medidas incrementais, tais como aumento de equipes de inspeção, aumento nos investimentos em blindagens de rede e sistemas de medição centralizados para combate de ligações clandestinas.

3.4. Gestão da inadimplência

3.4.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Varição em p.p.
1,37	1,93	- 0,56

Para os clientes residenciais de baixa renda a Energisa aderiu ao programa “Desenrola Brasil” que foi ação relevante na regularização de débitos dos clientes aptos ao programa contribuindo na redução de R\$ 10,3 MM na PPECLD no trimestre

3.4.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Varição em p. p.
95,78	95,74	+ 0,04

O aumento do consumo decorrente da onda calor em função do El Niño, observado a partir do final do 3T23, acarretou um efeito transitório no indicador, pois elevou o faturamento (denominador) e o saldo em aberto (numerador) nos vencimentos de curto prazo, onde as ações de cobrança ainda não são realizadas na sua plenitude.

3.5. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A companhia manteve a tendência de melhoria contínua e alcançou o melhor resultado da série histórica tanto para o DEC quanto para o FEC. Em dezembro de 2023, o DEC alcançou uma redução de 0,56 horas e o FEC reduziu de 0,48 vezes em relação a mesmo período do ano anterior.

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
dez/23	dez/22	Var.(%)	dez/23	dez/22	Var.(%)		
16,16	16,72	- 3,3	6,83	7,31	- 6,6	18,28 ●	13,46 ●

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

3.6. Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A Aneel autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Seguem os valores por período:

Trimestre			Exercício		
4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
124,4	120,0	+ 3,7	500,7	446,0	+ 12,3

4. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 1.210,1 milhões no 4T23, aumento de 9,6% (R\$ 106,2 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2022.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	828,1	793,0	+ 4,4	3.189,2	3.184,0	+ 0,2
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	680,6	655,6	+ 3,8	2.615,4	2.665,5	- 1,9
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	147,5	137,5	+ 7,3	573,8	518,5	+ 10,7
2 Custos e despesas controláveis	286,5	238,9	+ 19,9	922,8	832,1	+ 10,9
2.1 PMSO	246,5	194,4	+ 26,8	772,9	650,2	+ 18,9
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	109,7	82,4	+ 33,1	292,2	227,9	+ 28,2
2.1.3 Material	14,2	11,9	+ 19,3	51,1	59,9	- 14,8
2.1.4 Serviços de terceiros	107,1	81,1	+ 32,0	376,1	306,7	+ 22,6
2.1.5 Outras	15,5	19,0	- 18,4	53,6	55,5	- 3,6
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	1,8	1,1	+ 66,6	9,9	14,8	- 33,2
✓ Outros	13,7	17,9	- 23,5	43,7	40,7	+ 7,3
2.2 Provisões/Reversões	40,0	44,5	- 10,0	149,9	182,0	- 17,6
2.2.1 Contingências	3,6	5,0	- 28,0	26,7	28,5	- 6,1
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	36,4	39,4	- 7,7	123,2	153,5	- 19,8
3 Demais receitas/despesas	95,5	72,0	+ 32,6	353,9	286,6	+ 23,5
3.1 Amortização e depreciação	72,1	61,7	+ 16,9	278,5	242,1	+ 15,1
3.2 Outras receitas/despesas	23,4	10,3	+ 126,4	75,4	44,5	+ 69,3
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	1.210,1	1.104,0	+ 9,6	4.465,8	4.302,7	+ 3,8
Custo de construção de infraestrutura ^(*)	290,3	248,3	+ 16,9	939,3	950,7	- 1,2
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	1.500,4	1.352,3	+ 11,0	5.405,2	5.253,4	+ 2,9

(*) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 109,7 milhões, aumento de 33,1% (R\$ 27,3 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado em função dos principais fatores abaixo:

- (i) + R\$ 10,7 milhões devido a menor capitalização registrada no trimestre;
- (ii) + R\$ 8,2 milhões de despesas a maior na rubrica de salários e encargos em função do reajuste salarial dos acordos coletivos, baseado no índice INPC, sendo R\$ 1,5 milhão para atendimento à resolução ANEEL nº 1.000;
- (iii) + R\$ 5,9 milhões de maiores gastos com PLR, devido a maior realização na comparação entre os trimestres;
- (iv) + R\$ 4,9 milhões na rubrica de benefícios com despesas médicas e odontológicas.

Material

No 4T23, as despesas com materiais atingiram R\$ 14,2 milhões, aumento de 19,3% (R\$ 2,3 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) + R\$ 1,2 milhão devido a maiores despesas com materiais de segurança, sendo R\$ 0,4 milhão para atendimento à Resolução ANEEL 1.000;
- (ii) + R\$ 0,9 milhão com despesas de Frota, dos quais R\$ 0,3 milhão destinados à Resolução ANEEL 1.000;

Serviços de terceiros

No trimestre, as despesas com serviços de terceiros atingiram R\$ 107,1 milhões, aumento de 32,0% (R\$ 26,0 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) + R\$ 20,2 milhões nas despesas de manutenção e conservação como despesas com poda de árvore, limpeza de faixa de servidão e manutenção em linhas e equipamentos;
- (ii) + R\$ 6,1 milhões com serviços de manutenção e despesas com proteção a receita e atendimento ao cliente, com despesas de prestação de serviço de cobrança e cadastro de consumidor;

Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 15,5 milhões, redução de 18,4% em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) - R\$ 1,7 milhão com menores despesas com Telecom (telefonias e call center);
- (ii) - R\$ 1,3 milhão referentes ao reembolso de Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), contrapartida ao projeto Mais Luz para Amazônia;
- (iii) - R\$ 0,9 milhão em despesas de propaganda e publicidade;
- (iv) - R\$ 0,3 milhão de menores despesas com patrocínios;
- (v) + R\$ 1,7 milhões devido ao reembolso junto a Eletrobrás referente ao descomissionamento da usina Guariba que impactou o 4T22 e não teve reflexo no 4T23;

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

PPECLD de R\$ 123,2 milhões no ano, redução de 30,4 milhões na comparação entre o ano anterior. Para maiores detalhes, recorrer ao item 3.4.1 deste relatório.

Demais receitas/despesas

No trimestre, as outras receitas/despesas atingiram R\$ 23,4 milhões, aumento de 126,4% comparado ao mesmo período do ano passado.

5. Lucro líquido e EBITDA

No trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 453,0 milhões, aumento de 60,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não-recorrentes do 4T22 e o efeito não caixa do VNR, o lucro líquido ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 405,9 milhões, R\$ 244,3 milhões (+ 151,2%) acima do registrado no 4T22.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T23	4T22	Var. %	Var. R\$	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	453,0	283,2	+ 60,0	169,9	1.379,0	1.190,7	+ 15,8	188,3
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	47,2	65,8	- 28,3	(18,6)	265,3	204,1	+ 30,0	61,3
(=) Lucro líquido ajustado	405,9	217,4	+ 86,7	188,5	1.113,7	986,6	+ 12,9	127,1
Efeitos não recorrentes								
(+) Receita não faturada ⁽¹⁾	-	(55,8)	-	55,8	-	-	-	-
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	405,9	161,5	+ 151,2	244,3	1.113,7	986,6	+ 12,9	127,1

(1) No 4T22, os valores atribuídos à "Receita não faturada" representaram reversões contábeis dos efeitos não recorrentes que foram revisados em 2023, resultando na sua eliminação.

O EBITDA totalizou R\$ 677,0 milhões no trimestre, aumento de 33,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não-recorrentes do 4T22 e o efeito não caixa do VNR, o EBITDA ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 621,4 milhões, R\$ 250,6 milhões (+ 67,6%) maior que o mesmo período do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T23	4T22	Var. %	Var. R\$	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	677,0	507,3	+ 33,4	169,7	2.438,6	2.120,5	+ 15,0	318,1
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	55,6	77,6	- 28,3	(22,0)	313,1	240,8	+ 30,0	72,3
(=) EBITDA ajustado	621,4	429,7	+ 44,6	191,7	2.125,5	1.879,8	+ 13,1	245,8
Efeitos não recorrentes								
(+) Receita não faturada ⁽¹⁾	-	(58,9)	-	58,9	-	-	-	-
(=) EBITDA ajustado recorrente	621,4	370,8	+ 67,6	250,6	2.125,5	1.879,8	+ 13,1	245,8

(1) No 4T22, os valores atribuídos à "Receita não faturada" representaram reversões contábeis dos efeitos não recorrentes que foram revisados em 2023, resultando na sua eliminação.

6. Estrutura de capital

6.1. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais em dezembro, totalizou R\$ 834,4 milhões, frente aos R\$ 603,3 milhões registrados em setembro de 2023. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)⁽¹⁾, que apresentaram montantes negativos de R\$ 153,3 milhões em dezembro, contra R\$ 148,5 milhões em setembro de 2023.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 4.545,7 milhões, contra R\$ 4.754,1 milhões em 30 de setembro de 2023 e o indicador dívida líquida / EBITDA ajustado foi reduzido para 1,8x.

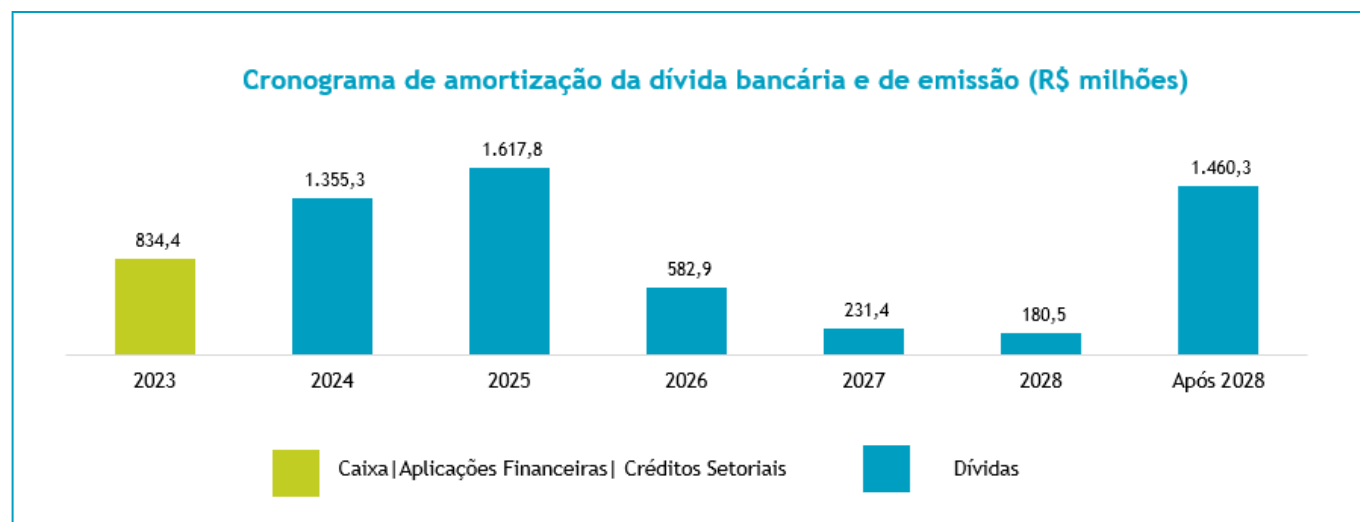
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023
Circulante	1.422,7	1.450,0	1.687,0
Empréstimos e financiamentos	767,0	743,7	896,9
Debêntures	550,5	543,5	543,3
Encargos de dívidas	37,8	51,8	37,2
Benefícios pós-emprego	5,2	13,6	13,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	62,2	97,3	196,1
Não Circulante	3.957,4	3.907,4	3.936,3
Empréstimos e financiamentos	2.717,9	2.829,1	2.571,4
Debêntures	1.354,9	1.141,7	1.466,7
Benefícios pós-emprego	23,7	102,1	98,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(139,1)	(165,5)	(200,5)
Total das dívidas	5.380,1	5.357,4	5.623,4
(-) Disponibilidades financeiras	987,7	751,8	1.052,8
✓ Caixa e equivalentes de caixa	162,2	128,8	691,8
✓ Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	825,5	623,0	361,0
Total das dívidas líquidas	4.392,4	4.605,6	4.570,6
(-) Créditos CDE	59,0	76,2	91,4
(-) Créditos CCC	77,0	66,1	71,5
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	(289,3)	(290,8)	(117,1)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	4.545,7	4.754,1	4.524,8
Indicador Relativo			
Dívida líquida / EBITDA ajustado 12 meses (2)	1,8	2,0	2,2

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

6.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



7. Investimentos

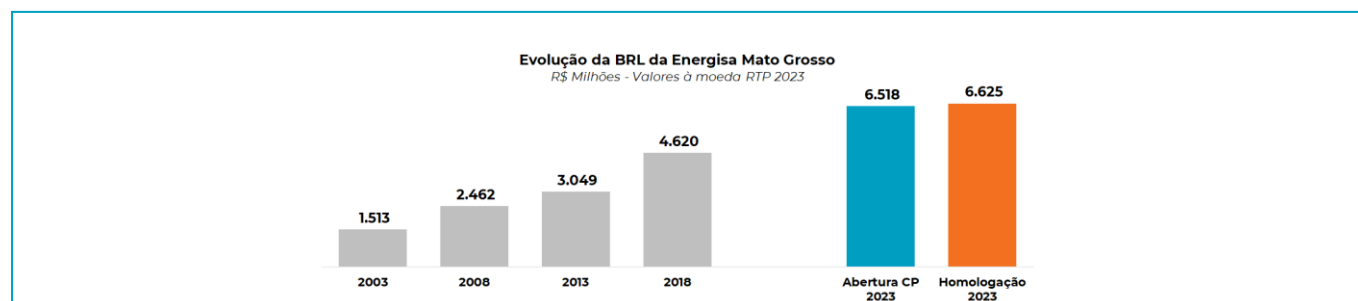
A composição dos investimentos no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Ativo Elétrico	266,1	156,7	+ 69,8	952,0	895,8	+ 6,3
Obrigações Especiais (*)	14,6	140,7	- 89,6	113,5	188,0	- 39,6
Ativo não Elétrico	12,1	13,0	- 7,0	43,9	35,8	+ 22,6
Total dos Investimentos	292,7	310,3	- 5,7	1.109,4	1.119,6	- 0,9

(*) As "Obrigações especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a base de remuneração regulatória da distribuidora.

8. Conclusão da revisão tarifária

Em 2023 foi homologada a revisão tarifária da Companhia que representou crescimento real de 43,4% na base de ativos homologada em 2018. Ao todo foram investidos R\$ 4.035 milhões desde a última revisão tarifária.



Segue o resultado apurado para a parcela B decorrente da Revisão Tarifária:

Distribuidora	Parcela B				Processo Revisional
	DRA ⁽¹⁾	DRP ⁽²⁾	Variação (R\$ milhões)	Variação %	
EMT	2.719,2	2.712,6	-6,6	-0,2	Revisão

(1) DRA - Data de Referência Anterior: é definida como sendo a data de vigência do último processo tarifário homologado pela Aneel, seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos incorridos e receitas auferidas nos doze meses relativos ao processo tarifário.

(2) DRP - Data de Referência em Processamento: a DRP é definida como sendo a data de vigência do processo tarifário em análise a ser homologado pela Aneel, quer seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos e receitas previstas para os doze meses relativos ao processo tarifário. Ambas utilizam o mesmo mercado de referência e, portanto, a razão entre as duas indica apenas o incremento tarifário do componente.

9. Gestão de Pessoas, Saúde e Segurança

A Energisa Mato Grosso conta com um total de 3.672 colaboradores, divididos entre 2.504 empregados diretos e 1.168 parceiros contratados de terceiros. A empresa está comprometida com a constante evolução do ambiente de trabalho oferecido aos seus colaboradores, os quais são alvo de ações contínuas de capacitação, análise de desempenho e valorização.

O processo de avaliação de desempenho foi reformulado recentemente e passou a ser denominado Ciclo de Carreira e Desenvolvimento. Esse novo ciclo oferece um acompanhamento mais estruturado da performance, das entregas e do planejamento profissional de cada colaborador, proporcionando assim uma gestão mais eficaz e alinhada com os objetivos individuais e organizacionais.

Além disso, a Energisa tem como foco a saúde e integridade dos seus colaboradores, por meio da atuação preventiva e a gestão de um ambiente de trabalho saudável que abrange todos os níveis do Grupo. Para facilitar o acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho, a Energisa integra todas as áreas da organização em conjunto com as lideranças, incentivando a participação nos programas de promoção da saúde.

Por isso, o Grupo implantou a iniciativa Viva Energia, que tem como objetivo o foco na saúde integrada dos colaboradores. Suas ações são voltadas à prevenção de doenças, ao estímulo a um estilo de vida saudável e ao acompanhamento das condições de saúde de todo o público interno, incluindo pacientes crônicos e grupos de risco. O atendimento é realizado por equipes multidisciplinares, compostas por médicos do trabalho, nutricionistas, profissionais de educação física, fisioterapeutas e psicólogos. Além destas ações, ele também oferece atenção especial às colaboradoras gestantes (e às dependentes dos colaboradores). Busca prevenir doenças ocupacionais e combater a transmissão de moléstias no ambiente de trabalho, proporcionando um ambiente seguro e saudável para nossas pessoas.

Também foi criado o programa Saúde Integral, com iniciativas focadas no bem-estar de colaboradores e dependentes. Este é a porta de entrada para que o beneficiário tenha apoio e atendimento 24 horas por dia e sete dias por semana em campos como social, psicológico, físico, jurídico, nutricional, previdenciário e financeiro. Para pacientes crônicos, como portadores de obesidades, doenças cardiovasculares, diabetes ou doenças respiratórias, há monitoramento ativo, com atendimento telefônico e orientações específicas.

10. Responsabilidade socioambiental

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2023, a Energisa Mato Grosso destinou cerca R\$ 3,0 milhões para ações de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras.

Eficiência energética

O projeto Nossa Energia é um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por LED, substituição de refrigeradores obsoletos por equipamentos eficientes e realização de palestras sobre o uso racional da energia elétrica. A empresa investiu R\$ 23,5 milhões no ano de 2023.

Iniciativas socioculturais

A Energisa já definiu seus compromissos dos próximos anos pautados pela agenda de desenvolvimento sustentável da ONU, com objetivos já definidos. Um dos pilares desses compromissos é apoiar as manifestações culturais de sua área de atuação. Assim, a Companhia busca incentivar a produção cultural e a preservação da memória nas suas concessões, impulsionando a economia criativa, além de mobilizar projetos e parcerias para contribuir com o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Iniciativas ambientais

Apoiada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, a Energisa Mato Grosso assegura uma convivência responsável com o meio ambiente do entorno das operações, com uso racional dos recursos naturais e melhoria contínua no desempenho ambiental. A empresa conta com uma área de Meio Ambiente, responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos, e utiliza sistema de gestão elaborado com base na norma ISO 14001.

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações com o apoio de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais destacam-se:

Energia: Implantação do Projeto de Consumo Consciente para ampliar a economia de energia. Inclui campanhas destinadas aos colaboradores relativas ao uso consciente, por meio de cartilhas e divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores). Medidas de economia incluem funcionamento de ar-condicionado entre 7h30 e 18h, com temperatura limitada a 20°; desligamento de iluminação de fachadas, letreiros e jardins; sensores de presença em banheiros e vestiários; uso de lâmpadas LED, mais eficientes.

Mudanças climáticas: A Energisa tem como ambição ser protagonista na transformação energética e alcançar a neutralidade nas emissões de carbono até 2050, por meio de investimentos em projetos de eficiência energética, desligamento de usinas termelétricas, priorização de fontes renováveis na comercialização e de ações para a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Por meio do Projeto NetClima, a empresa acompanha as condições climáticas em tempo real, podendo fazer as previsões para preparar o time em regiões que poderão sofrer tempestades.

Emissões de gases de efeito estufa: Em 2022 o Grupo Energisa publicou o segundo inventário de GEE, de acordo com a metodologia do GHG Protocol referente ao ano de 2021 e foi certificado com o Selo Ouro do GHG Protocol pelo inventário pulicado após auditoria. A certificação corresponde ao nível mais alto de qualificação concedido às empresas que demonstram o atendimento de todos os critérios de transparência na publicação de seu inventário de gases de efeito estufa. Com interligação ao Sistema Integrado Nacional em 2022, descomissionamos a UTE Colniza a última usina a diesel que ainda operava em sistema isolado da Companhia com redução de 5 mil ton/ano de gases efeito estufa.

11. Eventos subsequentes

10.1 Emissão de Debêntures

Em 07 de fevereiro de 2024 a companhia efetuou a 17ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$ 400,0 milhões com vencimento 15 de fevereiro de 2031 e remuneração de IPCA mais 6,1076% ao ano, os recursos foram disponibilizados em conta corrente em 07 de fevereiro de 2024, os recursos serão destinados para o financiamento futuro do projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

10.2 Dividendos do exercício de 2023

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2023, no montante de R\$ 316,3 milhões, equivalentes a R\$ 1,44489364016 por ação ordinária e preferencial do capital social. Os pagamentos serão efetuados no dia 12 de abril de 2024, com base na posição acionária do dia 15 de março de 2024, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

Administração.

ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99

NIRE nº 51.300.001.179

- Companhia Aberta -

Ata de Reunião do Conselho Fiscal da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), realizada em 12 de março de 2024.

1. **Data, Hora e Local:** Aos 12 dias do mês de março de 2024, às 14h30 (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, disponibilizada pela Companhia com sede na Rua Vereador João Barbosa Caramuru, nº 184, bairro Bandeirantes, Cuiabá, estado do Mato Grosso, CEP: 78.0109-00.
2. **Convocação e Presença:** Convocados regularmente todos os membros do Conselho Fiscal da Companhia, encontram-se presentes por vídeo conferência os conselheiros abaixo assinados, verificando-se a composição de *quórum* suficiente para a instalação da presente reunião do Conselho Fiscal. Presentes também (i) o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Maurício Perez Botelho; (ii) o Diretor Corporativo de Contabilidade, Tributário e Patrimonial, Rodolfo da Paixão Lima.
3. **Mesa:** Presidente: Sr. Flavio Stamm
Secretário: Sr. João Paulo Paes de Barros
4. **Deliberações:** Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:
 - 4.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Reunião do Conselho Fiscal em forma de sumário.
 - 4.2. Consignar que os membros do Conselho Fiscal da Companhia examinaram o relatório anual da administração e das contas da administração, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como proposta da administração para a destinação dos resultados, de acordo com as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, que faz parte integrante das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme apresentação realizada pelos representantes da Companhia que prestaram todos os esclarecimentos necessários e solicitados pelos Conselheiros Fiscais, cujo conteúdo é idêntico ao apresentado ao Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada na presente data e contém as informações necessárias para que os membros do Conselho Fiscal emitam a sua opinião nos termos do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada de tempos em tempos.
 - 4.3. A cópia do material apresentado nos itens 4.2 e 4.3, numerada e autenticada pela mesa, fica arquivada na Companhia como doc. 1.
 - 4.4. Opinar favoravelmente acerca do encaminhamento dos documentos descritos no item 4.2. acima, conforme parecer do Conselho Fiscal, Anexo I da presente ata.
5. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta reunião que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Mesa:

Flavio Stamm
Presidente

João Paulo Paes de Barros
Secretário

Conselheiros Fiscais:

Jorge Nagib Amary Junior

Flavio Stamm

Daniel Vinicius Alberini Schrickte

Anexo I à Reunião do Conselho Fiscal da ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., realizada no dia 12 de março de 2024 às 14h30.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), nos termos do parágrafo 3º do art. 163 da Lei 6.404/76, apreciou (i) o relatório anual da administração e das contas da administração; (ii) as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) a proposta da administração para a destinação dos resultados, de acordo com as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, que faz parte integrante das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iv) o relatório anual dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido sem ressalvas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes em 12 de março de 2024; e, após exame da documentação em questão opina favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos para deliberação dos acionistas em Assembleia Geral.

Conselheiros Fiscais:

Jorge Nagib Amary Junior

Flavio Stamm

Daniel Vinicius Alberini Schricke

Demonstrações financeiras

1. Balanço patrimonial ativo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	162.215	154.900
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	782.649	575.742
Consumidores e concessionárias	6	1.584.939	1.270.661
Títulos de créditos a receber		343	882
Estoques		23.102	23.555
Tributos a recuperar	7	675.137	487.142
Instrumentos financeiros derivativos	32	79.061	26.066
Ativos financeiros setoriais	9	-	179.614
Outros créditos	10	297.408	299.110
Total do circulante		3.604.854	3.017.672
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	42.874	41.847
Consumidores e concessionárias	6	1.111.774	798.881
Títulos de créditos a receber		7.330	7.220
Tributos a recuperar	7	540.035	970.226
Instrumentos financeiros derivativos	32	170.260	250.212
Ativos financeiros setoriais	9	-	144.718
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	5.557.646	4.825.060
Depósitos judiciais	23	48.609	57.679
Outros créditos	10	79.612	83.704
		7.558.140	7.179.547
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	609.565	223.191
Investimentos		6.258	6.258
Imobilizado	15	44.126	41.298
Intangível	16	1.188.076	1.339.407
Total do não circulante		9.406.165	8.789.701
Total do ativo		13.011.019	11.807.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço patrimonial passivo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	572.875	435.698
Encargos de dívidas	18	37.814	26.799
Empréstimos e financiamentos	18	766.950	771.805
Debêntures	19	550.517	457.714
Impostos e contribuições sociais	20	203.672	151.438
Dividendos	25.6	1.774	1.376
Obrigações estimadas		23.781	20.364
Contribuição de iluminação pública		38.670	30.555
Encargos setoriais	22.1	157.282	107.542
Incorporação de redes	22.2	27.970	65.862
Passivos financeiros setoriais	9	263.970	348.665
Instrumentos financeiros derivativos	32	141.254	194.739
Benefícios pós-emprego	33	5.244	13.614
Arrendamentos Operacionais		261	622
Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	21	129.560	-
Outros passivos	24	92.598	98.612
Total do circulante		3.014.192	2.725.405
Não circulante			
Fornecedores	17	35.948	34.118
Empréstimos e financiamentos	18	2.717.867	2.137.604
Debêntures	19	1.354.918	1.579.116
Impostos e contribuições sociais	20	871.783	572.229
Impostos e contribuições sociais diferidos	12	327.301	173.852
Passivos financeiros setoriais	9	25.321	73.042
Instrumentos financeiros derivativos	32	31.162	3.777
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	23	66.089	78.261
Encargos setoriais	22.1	28.965	25.748
Benefícios pós-emprego	33	23.689	92.132
Arrendamentos Operacionais		1.673	1.926
Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	21	670.867	1.130.620
Outros passivos	24	80.132	80.350
Total do não circulante		6.235.715	5.982.775
Patrimônio líquido			
Capital social	25.1	1.677.113	1.677.113
Reserva de capital	25.2	23.641	22.786
Reserva de lucros	25.3 a 25.5	1.691.436	1.030.452
Dividendos adicionais propostos	25.6	316.348	366.689
Ajuste de avaliação patrimonial		28.469	37.235
Outros resultados abrangentes	25.7	24.105	(35.082)
Total do patrimônio líquido		3.761.112	3.099.193
Total do passivo e patrimônio líquido		13.011.019	11.807.373

3. Demonstração do resultado

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	26	7.565.255	7.131.856
Custo do serviço de energia elétrica	27	(3.189.176)	(3.183.967)
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	27	(1.793.266)	(1.705.489)
Lucro bruto		2.582.813	2.242.400
Despesas gerais e administrativas	27	(347.335)	(319.396)
Outras receitas	28	10.858	14.930
Outras despesas	28	(86.238)	(59.462)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		2.160.098	1.878.472
Receitas financeiras	29	328.529	344.594
Despesas financeiras	29	(816.813)	(822.089)
Despesas financeiras líquidas		(488.284)	(477.495)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		1.671.814	1.400.977
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(169.811)	(196.607)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(122.959)	(13.666)
Lucro líquido do exercício	30	1.379.044	1.190.704
Lucro básico e diluído ação preferencial - R\$		6,5026	5,6145
Lucro básico e diluído ação ordinária - R\$		5,9115	5,1041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do resultado abrangente

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		1.379.044	1.190.704
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	25.7	59.187	6.955
Total de outros resultados abrangentes do exercício		1.438.231	1.197.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Total
		Outras Reservas de Capital	Legal	Retenção de lucros	Incentivo fiscal (imposto de renda)					
Saldos em 01 de janeiro de 2022		1.677.113	5.319	153.897	302.802	533.561	199.323	(218.253)	47.367	(42.037)
Transferências de reservas		-	-	-	(218.253)	-	-	218.253	-	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	(199.323)	-	-	-
26.2	26.2	-	913	-	-	-	-	-	-	-
26.2	26.2	-	16.554	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	15.352	(15.352)	-
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	(5.220)	5.220	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.190.704	-	-
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:										
26.3	26.3	-	-	59.535	-	-	-	(59.535)	-	-
26.4	26.4	-	-	-	-	198.910	-	(198.910)	-	-
26.6	26.6	-	-	-	-	-	-	(575.702)	-	-
26.6	26.6	-	-	-	-	-	366.689	(366.689)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos										
26.7	26.7	-	-	-	-	-	-	-	-	10.538
26.7	26.7	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.583)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.677.113	22.786	213.432	84.549	732.471	366.689	-	37.235	(35.082)
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	(366.689)	-	-	-
25.2	25.2	-	855	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	13.282	(13.282)	-
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	(4.516)	4.516	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.379.044	-	-
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:										
25.3	25.3	-	-	68.952	-	-	-	(68.952)	-	-
25.4	25.4	-	-	-	-	275.684	-	(275.684)	-	-
25.6	25.6	-	-	-	-	-	-	(410.478)	-	-
25.6	25.6	-	-	-	-	-	316.348	(316.348)	-	-
25.5	25.5	-	-	-	316.348	-	-	(316.348)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos										
25.7	25.7	-	-	-	-	-	-	-	-	89.677
25.7	25.7	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.490)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.677.113	23.641	282.384	400.897	1.008.155	316.348	-	28.469	24.105

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

6. Demonstração dos fluxos de caixa

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		1.379.044	1.190.704
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	292.770	210.273
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		315.533	372.340
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	13	(313.077)	(240.785)
Amortização e depreciação	27	278.527	242.077
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	27	123.159	153.513
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	23	26.710	29.300
Marcação a mercado de dívidas	32	115.281	(64.576)
Marcação a mercado de derivativos	32	(121.230)	69.041
Instrumentos financeiros derivativos	32	359.456	223.395
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível		71.748	41.776
Programa de remuneração variável (ILP)	11	855	1.386
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de consumidores e concessionárias	6	(746.091)	(332.497)
(Diminuição) aumento de títulos de créditos a receber		429	(346)
(Diminuição) aumento de estoques		453	(969)
(Aumento) de tributos a recuperar	7	(81.630)	(17.523)
Recursos da conta de comercialização de Itaipu		-	15.882
(Diminuição) aumento de cauções e depósitos vinculados	23	9.070	(2.572)
(Aumento) de outros créditos		(70.903)	(91.853)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento (diminuição) de fornecedores	17	91.622	(194.257)
Aumento (diminuição) de obrigações estimadas		3.417	(1.456)
Aumento de impostos e contribuições sociais		790.676	350.103
(Diminuição) Imposto de renda e contribuição social pagos		(173.463)	(184.650)
Variação dos ativos e passivos financeiros setoriais	9	(229.489)	333.654
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	23	(38.101)	(43.169)
Aumento (Diminuição) de outras contas a pagar		57.285	(10.736)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		2.142.051	2.048.055
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(131.017)	(221.326)
Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - Infraestrutura em construção	14,15 e 16	(786.262)	(797.983)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	14,15 e 16	43.919	22.455
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		(873.360)	(996.854)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	18 e 19	1.572.703	1.519.947
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	18 e 19	(1.168.022)	(1.044.231)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	18 e 19	(388.840)	(342.471)
Pagamento pela incorporação de redes	22.2	(250.144)	(246.034)
Pagamento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(248.273)	(83.391)
Pagamentos de dividendos	25.6	(776.769)	(774.627)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(2.031)	(2.768)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento		(1.261.376)	(973.575)
Variação líquida do caixa		7.315	77.626
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	154.900	77.274
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	162.215	154.900
Variação líquida do caixa		7.315	77.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstração do valor adicionado - DVA

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	26	10.063.917	9.208.858
Outras receitas	28	10.858	14.930
Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	26 e 29	949.570	958.718
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	27	(123.159)	(153.513)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		(3.502.537)	(3.495.192)
Materiais e serviços de terceiros		(440.128)	(378.796)
Outros custos operacionais		(1.093.200)	(1.080.959)
		(5.035.865)	(4.954.947)
Valor adicionado bruto		5.865.321	5.074.046
Depreciação, Amortização e Exaustão	27	(278.527)	(242.077)
Valor adicionado líquido		5.586.794	4.831.969
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	29	344.509	361.374
Valor adicionado total a distribuir		5.931.303	5.193.343
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		158.547	107.817
Benefícios		66.387	60.424
FGTS		16.597	14.679
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		783.502	642.157
Estaduais		1.538.173	1.362.394
Municipais		2.363	2.181
Obrigações intrassetoriais		1.156.387	980.822
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		827.074	830.144
Aluguéis		3.229	2.021
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	25.6	410.478	575.702
Dividendos adicionais propostos	25.6	316.348	366.689
Reserva legal	25.3	68.952	59.535
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/ reinvestimento)	25.4	275.684	198.910
Realização de reserva de reavaliação		(8.766)	(10.132)
Reserva de retenção de lucros		316.348	-
		5.931.303	5.193.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Balanço social

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2023 (Em milhares de reais)						
	2023			2022		
1 - Base de cálculo						
Receita líquida (RL)	7.565.255			7.131.856		
Resultado operacional (RO)	1.671.814			1.400.977		
Folha de pagamento bruta (FPB)	270.896			229.236		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	40.777	15,05%	0,54%	38.509	16,80%	0,54%
Encargos sociais compulsórios	34.951	12,90%	0,46%	31.698	13,83%	0,44%
Previdência privada	7.847	2,90%	0,10%	10.576	4,61%	0,15%
Saúde	22.380	8,26%	0,30%	18.769	8,19%	0,26%
Segurança e saúde no trabalho	3.650	1,35%	0,05%	9.539	4,16%	0,13%
Educação	173	0,06%	0,00%	153	0,07%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.033	0,38%	0,01%	988	0,43%	0,01%
Creches ou auxílio-creche	302	0,11%	0,00%	287	0,13%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	32.260	11,91%	0,43%	22.102	9,64%	0,31%
Outros	4.054	1,50%	0,05%	2.230	0,97%	0,03%
Total - Indicadores sociais internos	147.427	54,42%	1,94%	134.851	58,83%	1,87%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	855	0,05%	0,01%	1.329	0,09%	0,02%
Cultura	1.292	0,08%	0,02%	1.264	0,09%	0,02%
Esporte	450	0,03%	0,01%	124	0,01%	0,00%
Outros	489	0,03%	0,01%	689	0,05%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	3.086	0,19%	0,05%	3.406	0,24%	0,05%
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.445.474	206,09%	45,54%	2.001.637	142,87%	28,07%
Total - Indicadores sociais externos	3.448.560	206,28%	45,59%	2.005.043	143,11%	28,12%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	64.026	3,83%	0,85%	30.313	2,16%	0,43%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	118.145	7,07%	0,00%	72.576	5,18%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	182.171	10,90%	0,85%	102.889	7,34%	0,43%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	2023			2022		
Nº de empregados(as) ao final do período	2.504			2.434		
Nº de admissões durante o período	333			298		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.168			890		
Nº de estagiários(as)	23			27		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	297			316		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	368			354		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	17,00%			20,41%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.799			1.730		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	35,80%			32,70%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	107			102		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			Metas 2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	46,79			46,79		
Número total de acidentes de trabalho	4			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 845.487	no Procon 6.774	na Justiça 10.724	na empresa 845.487	no Procon 5.419	na Justiça 11.131
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100,29%	no Procon 97,82%	na Justiça 46%	na empresa 98,7%	no Procon 98%	na Justiça 51%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2023: 5.931.303			Em 2022: 5.193.343		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	58% governo 4% colaboradores(as) 18% acionistas 16% terceiros 5% retido			58% governo 4% colaboradores(as) 11% acionistas 16% terceiros 12% retido		
7 - Outras informações	2023			2022		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para todos						
7.1.1 - Investimento da União	1.067			14.193		
7.1.2 - Investimento do Estado						
7.1.3 - Investimento do Município						
7.1.4 - Investimento da Concessionária				1.577		
Total - Programa Luz para todos (7.1.1 a 7.1.4)	1.067			15.770		
7.2 - Programa de eficiência energética	23.531			23.607		
7.3 - Programa de pesquisa e desenvolvimento	2.078			10.262		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	26.676			49.639		

Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “EMT”), é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 25 de outubro de 1994. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S/A (“REDE”), e possui sede na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. Sua área de concessão abrange todo o Estado de Mato Grosso, atendendo 1.639.519 consumidores em 141 municípios.

1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:

Em 11 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia concessão para distribuição de energia elétrica em 141 municípios no Estado de Mato Grosso, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, a critério do Poder concedente.

A Companhia operava a Usina Termelétrica Guariba, localizada no município de Colniza, com capacidade instalada e utilizada de 2,45 MW, tendo entrado em operação em 11 de junho de 2007. Em 28 de agosto de 2022 a UTE Guariba foi desligada e o sistema que a mesma supria foi interligado ao Sistema Interligado Nacional - SIN, encerrando o atendimento por meio de sistema isolado na área de concessão da EMT.

O contrato de concessão de do serviço público distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

- I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;
- II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;
- IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;
- V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;
- VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e
- VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e

receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14, e 26, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 32.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I - Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II - Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- III - Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- IV - Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão;
- V - Nota explicativa nº 15 - Imobilizado;
- VI - Nota explicativa nº 16 - Intangível;
- VII - Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental;
- VIII - Nota explicativa nº 27 - Custos e despesas operacionais;
- IX - Nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- X - Nota explicativa nº 33 - Benefícios pós-emprego.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Principais práticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. Instrumentos financeiros e operações de hedge

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas

variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - Nota explicativa nº 2.3;
- Consumidores e concessionárias - Nota explicativa nº 6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - Nota explicativa nº 32.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de consumidores e concessionárias a Companhia realiza duas sensibilidades: (i) análise retrospectiva com base no envelhecimento da carteira de clientes por classe de consumo; e, (ii) análise prospectiva por meio da aplicação de índice de perdas com base em sua experiência histórica de perdas de créditos, por classe, que são aplicados aos saldos não alcançados pela análise retrospectiva.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023, compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado

quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de “hedge”

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia e documenta se o instrumento de *hedge* usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 32, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

“*Hedges*” de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- f. **Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras de energia elétrica, bem como, é reconhecido a

remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 13;

- g. Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - é o direito contratual das distribuidoras de energia elétrica, de cobrarem pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber caixa ou outro ativo financeiro, relacionada às obras em construção para atendimento as demandas de expansão e melhoria de sua área de concessão. Quanto da entrada em operação os ativos são transferidos para o Intangível - contrato de concessão na proporção equivalente ao que será remunerado via tarifa pelo tempo do contrato de concessão ou para um Ativo financeiro indenizável da concessão pelo valor residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao poder concedente mediante indenização ao final da concessão, quando aplicável.
- h. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- i. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares.

Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

Os ativos intangíveis relacionados aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica são registrados à medida que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos pelos serviços prestados, o seja, o direito de explorar a infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, e de cobrar, via tarifa, o serviço público prestado. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

- j. Arrendamentos** - os contratos, são avaliados se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Intangível direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

k. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

l. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2023 e 2022, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

m. Empréstimos e financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

n. Derivativos - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 32;

o. Imposto de renda e contribuição social - compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

p. Incentivos fiscais SUDAM e de reinvestimentos - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados à Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 12);

q. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

r. Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;

s. Dividendos - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até

sua efetiva aprovação;

- t. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal por meio da com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde às receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração. A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado do exercício, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado dos exercícios em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (nota explicativa nº 10) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras;

- u. **Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médico-hospitalar e outros benefícios pós-empregos. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de benefício definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de contribuição definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações

são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

A Companhia concede a seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), firmado em Acordo Coletivo de Trabalho. A gratificação varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido;

- v. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
- w. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"	1º de janeiro de 2024

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 141 municípios do Estado do Mato Grosso, e sua demonstração do resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras foi constituída, principalmente, por Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira foi de 91,8% do CDI em de 2022.

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	162.215	78.356
Aplicações financeiras de liquidez imediata		
Operações compromissadas	-	76.544
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	162.215	154.900

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, notas do tesouro nacional, CCB's, LFT, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 equivale a 97,8% do CDI (100,3% do CDI em 2022).

	2023	2022
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	16.375	7.467
Fundos de investimentos ⁽¹⁾	9.009	9.902
Fundo de investimentos exclusivos ⁽²⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.820	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	4.018	6.050
Fundo de Renda Fixa	562.823	392.883
Compromissadas	82.406	13.313
Fundo Multimercado	1.038	24.066
Letra financeira do Tesouro (LFT)	36.000	17.669
Letra financeira do Tesouro (LFPN)	-	2.951
Letra financeira (LF)	56.176	50.024
Nota de Crédito (NC)	882	-
Letra Financeira (LFS)	252	-
Letra Tesouro Nacional (LTN)	-	2.491
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	10.630	45.464
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	220	3.462
Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) ⁽³⁾	42.874	41.847
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁴⁾	825.523	617.589
Circulante	782.649	575.742
Não circulante	42.874	41.847

⁽¹⁾ Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -25,5% a 104,4% e média ponderada -21,7% do CDI (-31,4% a 112,1% em 2022).

⁽²⁾ Fundos de investimentos exclusivos (fundos de investimentos exclusivos do Grupo Energisa) - inclui aplicações em CDB, CCB, Fundos de Renda Fixa, Compromissadas, Fundo Multimercado, LFT, LFPN, LF, NC, LFS LTN, NTNB e NTNF são remuneradas 103,5% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, (108,1% em 2022) do CDI Fundo FI Energisa, 85,1% do CDI Fundo MAG Zona da Mata, (101,2% em 2022), 101,6% do CDI Fundo BB Energisa (102,9% em 2022), 0,0% do CDI Fundo Cataguases (98,1% em 2022) e 98,6% do CDI Fundo Zona da Mata.

⁽³⁾ Fundo de investimentos em direitos creditórios - refere-se ao FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034.

⁽⁴⁾ Inclui, R\$59.528 (R\$50.185 em 2022) referente a recursos vinculados a fundo de investimento em direitos creditórios, Programa Luz para todos, bloqueios judiciais e outros, conforme segue:

Recursos vinculados	2023	2022
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	42.874	41.847
Mais Luz para Amazonia - MPLA	16.258	7.325
Bloqueios judiciais	332	345
Outros	64	668
Total	59.528	50.185

6. Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data do encerramento da última leitura e a data das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽³⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2023	2022
Valores correntes:									
Residencial	211.368	-	211.631	37.924	7.043	14.921	(70.486)	412.401	321.534
Industrial	80.724	-	12.950	3.040	4.240	30.259	(30.486)	100.727	78.860
Comercial	98.369	-	37.340	5.991	3.681	28.487	(32.788)	141.080	111.003
Rural	110.153	-	30.287	9.846	12.101	9.845	(10.823)	161.409	113.060
Poder público	47.386	-	5.357	828	845	6.422	(6.533)	54.305	41.110
Iluminação pública	21.282	-	571	72	504	981	(985)	22.425	20.547
Serviço público	16.642	-	8.854	6.568	10.256	60.949	(68.601)	34.668	23.896
Fornecimento não faturado	570.579	-	-	-	-	-	(6.452)	564.127	472.435
Arrecadação Processo Classificação	(889)	-	-	-	-	-	-	(889)	8.709
Valores renegociados:									
Residencial	16.720	50.309	11.847	5.668	5.649	55.957	(80.446)	65.704	41.366
Industrial	3.491	12.779	2.410	1.140	1.605	7.594	(14.551)	14.468	15.528
Comercial	4.428	37.928	2.759	1.428	2.073	18.715	(34.762)	32.569	27.680
Rural	4.463	11.336	1.764	1.000	1.280	4.284	(9.073)	15.054	9.027
Poder público ⁽¹⁾	7.754	84.691	981	5	-	1.118	(1.124)	93.425	98.977
Iluminação pública	1.588	10.015	142	-	-	64	(65)	11.744	15.126
Serviço público	194	7.005	150	18	1	3.195	(3.215)	7.348	146
(-) Ajuste a valor presente ⁽²⁾	(754)	(38.990)	-	-	-	-	-	(39.744)	(45.266)
Subtotal - consumidores	1.193.498	175.073	327.043	73.528	49.278	242.791	(370.390)	1.690.821	1.353.738
Suprimento Energia ⁽⁴⁾	15.898	-	-	-	-	-	-	15.898	15.573
Outros ⁽⁵⁾	(11.258)	-	-	-	-	1.091.972	(90.720)	989.994	700.231
Total	1.198.138	175.073	327.043	73.528	49.278	1.334.763	(461.110)	2.696.713	2.069.542
Circulante								1.584.939	1.270.661
Não Circulante								1.111.774	798.881

⁽¹⁾ **Valores renegociados - poder público** - inclui R\$77.693 (R\$82.329 em 2022), referente a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 em que foi assinado com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 31 de dezembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão da SANECAP (abril/2042).

⁽²⁾ **Ajuste a Valor Presente (AVP)**: calculado para todos os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado.

⁽³⁾ **Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)** - é constituída, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2023	2022
Saldo inicial	455.070	431.724
Provisões liquidas constituídas no exercício	123.159	153.513
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(110.631)	(130.167)
Saldo final	467.598	455.070
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	461.110	447.299
Títulos de créditos a receber	1.625	1.625
Outros créditos (vide nota explicativa nº 10)	4.863	6.146

(4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição do saldo da CCEE	2023	2022
Créditos a vencer	15.898	15.573
Sub-total créditos CCEE	15.898	15.573
(-) Aquisições de energia na CCEE ^(*)	(17.062)	(24.031)
(-) Encargos de serviços do sistema ^(*)	(10.047)	(543)
Total débitos CCEE	(11.211)	(9.001)

^(*) vide nota explicativa nº 17

(5) **Outros** - inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores, e os principais itens são:

ICMS incidente sobre a TUSD: inclui R\$868.858 (R\$509.102 em 2022), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante (vide nota explicativa nº 20).

ICMS Demanda: inclui R\$80.896 de ICMS incidente sobre a demanda de energia decorrentes de autuações do Estado sob o argumento de que a Companhia cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS. Em 23 de setembro de 2021 a Companhia firmou o Termo de Acordo Extrajudicial -TAE com o Estado, resultando no pagamento, a vista, do débito integral com a adesão ao REFIS. A Companhia irá ingressar com medidas administrativas e judiciais para a recuperação dos valores pagos, para regresso contra os consumidores que efetivamente se beneficiaram das decisões judiciais pelo não recolhimento do ICMS. A Administração tem constituído provisão de perdas esperadas do mesmo montante R\$80.896 (R\$81.191 em 2022), em face de que a realização do ativo se dará por eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia. No exercício foi realizada a reversão de R\$295.

ICMS Geração Distribuída: inclui parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos consumidores de geração distribuída (GD) no valor de R\$101.810 deduzido de provisão de perdas esperada estimada em R\$8.117. A realização do ativo se dará pela cobrança dos valores a serem efetuados junto aos consumidores, por meio das faturas de energia elétrica.

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que são recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com forma prevista na legislação vigente aplicável.

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	118.157	100.041
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	193.225	137.172
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSSL	59.320	44.606
Contribuições ao PIS e à COFINS	27.197	23.701
Exclusão do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS ⁽¹⁾	814.090	1.148.820
Outros	3.183	3.028
Total	1.215.172	1.457.368
Circulante	675.137	487.142
Não circulante	540.035	970.226

(1) Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$814.090 (R\$1.148.820 em 2022), oriundos de ação judicial transitada em julgado, em 21 de setembro de 2021. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$88.607 (R\$107.166 em 2022), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia ingressou com pedido de compensação em 21 de setembro de 2021. Em 14 de julho de 2022, a Receita Federal do Brasil -RFB deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de Pis/Pasep e Cofins, que se encontra em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas no mês de julho de 2022 o que ocorrerá dentro do prazo prescricional de 5 anos. As compensações realizadas no exercício foram de R\$423.337 (R\$212.577 em 2022).

8. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

8.1. Reajuste tarifário:

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

8.2. Revisão tarifária:

A Revisão Tarifária Periódica (RTP) ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da Receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.182, de 04 de abril de 2023, aprovou a revisão tarifária da Companhia, em vigor desde 8 de abril de 2023, cujo impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento de 8,81%.

8.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/Kwh	R\$/Kwh REH 2.888/2021 ⁽¹⁾	R\$/Kwh Resolução nº 3/2021 ⁽²⁾	Atual R\$/Kwh Resolução nº 3.051/2022 ⁽³⁾
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,5
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,80
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 29 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de junho de 2022.

⁽²⁾ A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022.

⁽³⁾ A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	2023	2022
Janeiro	Verde	Escassez Hídrica
Fevereiro	Verde	Escassez Hídrica
Março	Verde	Escassez Hídrica
Abril	Verde	Escassez Hídrica/Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Verde	Verde
Outubro	Verde	Verde
Novembro	Verde	Verde
Dezembro	Verde	Verde

8.4. Outros assuntos regulatórios

8.4.1 Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade.

Diante desse cenário, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras, sendo os montantes involuntários estabelecidos como segue:

- 2016 e 2017: Despacho nº 2.168/2022;
- 2018: Despacho nº 4.395/2023.

Os resultados relativos à 2016-2018 estão sendo reconhecidos nos últimos eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2023) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente, proporcionalizando um saldo passivo de R\$51.978 (R\$46.214 em 2022)

Os valores reconhecidos no exercício, contabilizados na receita operacional bruta - Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização, foi de R\$11 (R\$32.258 em 2022) e R\$5.754 (R\$2.872 em 2022) de atualização financeira devedora, registrado no resultado financeiro.

8.4.2 Geração Distribuída

Diante de posicionamentos recentes do regulador, por meio de notas técnicas, referente a neutralidade dos efeitos dos sistemas de geração distribuída (GD) no mecanismo tarifário das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a Administração do Grupo Energisa conclui que ainda há incertezas relevantes quanto ao reconhecimento e mensuração dos créditos de energia injetada pelos consumidores nas redes de distribuição do Grupo, originados pelos sistemas de geração distribuída, frente ao tratamento regulatório aplicável para mensuração da reversão destes créditos à modicidade tarifária após o período de 60 meses sem compensação. Neste contexto, a Administração concluiu que nenhuma obrigação deve ser reconhecida nesse momento, até que tais incertezas sejam esclarecidas.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida na receita operacional. Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros regulatórios serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos e Passivos financeiros setoriais	2023			2022		
	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total
Ativos Financeiros Setoriais						
Circulante	-	-	-	-	179.614	179.614
Não Circulante	-	-	-	-	144.718	144.718
	-	-	-	-	324.332	324.332
Passivo Financeiros Setoriais						
Circulante	195.316	68.655	263.970	150.625	198.040	348.665
Não Circulante	-	25.321	25.321	-	73.042	73.042
	195.316	93.976	289.291	150.625	271.082	421.707
Saldo líquido dos ativos e passivos	(195.316)	(93.976)	(289.291)	(150.625)	53.250	(97.375)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2022	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2023
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(55.506)	(183.378)	60.950	(8.097)	-	-	-	(186.031)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	82.363	59.615	(73.413)	5.898	-	-	-	74.463
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	4.325	(5.295)	(392)	(153)	-	-	-	(1.515)
Encargo de serviços de sistema ESS	(161.142)	95.917	98.739	(1.598)	-	(24.682)	-	7.234
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	59.579	4.014	(46.261)	2.320	-	-	-	19.652
Transporte de energia elétrica - Itaipu	5.234	15.303	(4.588)	1.051	-	-	-	17.000
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽²⁾	(76)	76	-	-	-	-	-	-
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(45.969)	(71.531)	30.616	(341)	-	-	-	(87.225)
Sobrecontratação de energia	48.267	59.902	(92.323)	3.957	-	-	-	19.803
Devoluções Tarifárias ⁽¹⁾	(271.082)	103.964	66.324	(14.141)	-	-	-	(114.935)
CUSD	(721)	(621)	1.137	(3)	-	-	-	(208)
Exposição de submercados	1.956	(218)	(1.992)	(23)	-	-	-	(277)
Garantias financeiras	424	381	(361)	30	-	-	-	474
Saldo a compensar	(9.038)	17.275	(5.859)	160	-	-	-	2.538
Outros itens financeiros ⁽³⁾	244.011	(702.403)	714.749	4.233	(414.698)	-	113.844	(40.264)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(97.375)	(606.999)	747.326	(6.707)	(414.698)	(24.682)	113.844	(289.291)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2021	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2022
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	23.516	(100.008)	13.392	11.708	-	(4.114)	-	(55.506)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	81.663	69.125	(70.284)	1.859	-	-	-	82.363
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	2.232	12.602	(10.852)	343	-	-	-	4.325
Encargo de serviços de sistema ESS	323.528	(195.188)	(237.727)	(9.310)	-	(42.445)	-	(161.142)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(22.196)	94.131	(16.561)	4.205	-	-	-	59.579
Transporte de energia elétrica - Itaipu	(294)	4.715	747	66	-	-	-	5.234
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽²⁾	-	(76)	-	-	-	-	-	(76)
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(7.458)	(39.139)	1.767	(1.139)	-	-	-	(45.969)
Sobrecontratação de energia	(35.166)	130.813	(39.401)	(1.807)	-	(6.172)	-	48.267
Devoluções Tarifárias ⁽¹⁾	(186.095)	(59.470)	0	(25.517)	-	-	-	(271.082)
CUSD	(2.309)	188	1.479	(79)	-	-	-	(721)
Exposição de submercados	16.425	(191)	(14.453)	175	-	-	-	1.956
Garantias financeiras	356	348	(306)	26	-	-	-	424

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2021	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2022
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾	
Saldo a compensar	2.234	10.107	(21.008)	(371)	-	-	-	(9.038)
Outros itens financeiros ⁽³⁾	248.443	553.358	299.966	39.700	(212.577)	-	(684.879)	244.011
Saldo líquido dos ativos e passivos	444.879	481.315	(93.241)	19.859	(212.577)	(52.731)	(684.879)	(97.375)

⁽¹⁾ **Devoluções tarifárias:** referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriados nos passivos financeiros setoriais atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP);

⁽²⁾ **Bandeiras tarifárias CCBRT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCBRT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL;

Os valores recebidos pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no exercício de 2023, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCBRT, tem o montante de R\$24.682 (R\$52.731 em 2022).

⁽³⁾ **Outros financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, os principais itens que compõe o saldo, são como segue:

Repasso dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu - em fevereiro de 2022 a Companhia recebeu R\$15.882 de recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para as concessionárias foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021.

Reversão Bônus Itaipu - o Financeiro de Recomposição à conta de comercialização de Itaipu, refere - se a metade da reversão do diferimento negativo, considerado no processo tarifário de 2021, associado ao repasse realizado pela conta de comercialização de Itaipu conforme Decretos 10.665/2021. O cálculo deste financeiro, foi realizado conforme previsto na NT 247/202113. No próximo processo tarifário deverá ser considerado montante residual. Esse valor pago em 2023 pelos consumidores de R\$129.063 irá recompor a Conta de Comercialização de Itaipu.

Empréstimo Conta Escassez Hídrica - REN n° 1.008/2022 - a ANEEL por meio da Resolução Normativa n° 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos foram utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução n° 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; e (iii) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários.

A Companhia, protocolizou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASSEZ HIDRICA no valor máximo de R\$546.078, dos quais R\$19.359 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$34.597 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução n° 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG e R\$492.122 destinados ao diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022.

Crédito do PIS e COFINS - conforme Lei n° 14.385/2022 que disciplinou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a Aneel reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do exercício.

Valores reconhecidos nos processos tarifários		
2023	2022	
RTP	RTA	RTE
308.165	230.000	89.110

Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - refere-se a valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE n° 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. O montante recebido em 2023 foi de R\$15.219 (R\$ 122.919 em 2022).

Repasso Bandeira Escassez Hídrica - no processo tarifário de 2021, foi considerado o financeiro negativo denominado "Bandeira Escassez Hídrica", cujo propósito era o de não repassar, às tarifas definidas naquele processo, o déficit até então acumulado pelas distribuidoras na Conta Bandeiras. No processo tarifário de 2023, o financeiro em questão será revertido, visto que, na apuração da CVA, está sendo realizado o encontro de contas entre: 1) o total de arrecadação associada à Bandeira Escassez Hídrica e; 2) os déficits acumulados até o processo tarifário de 2021 somados aos custos incorridos pela distribuidora posteriormente ao processo tarifário de 2021, conforme

descrito na Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, com a inclusão do patamar específico de Bandeira Escassez Hídrica. O montante atualizado é de R\$252.178.

10. Outros créditos

	2023	2022
Subvenção - Baixa Renda ⁽¹⁾	15.884	14.983
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	43.129	76.615
Outros créditos a Receber - CELPA ⁽³⁾	32.493	32.497
(-) Ajuste a Valor Presente - CELPA ⁽³⁾	(9.038)	(9.889)
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	107.103	85.829
Outras ordens em curso	(1.942)	15.148
Sub-rogação CCC ⁽⁴⁾	73.860	77.499
Despesas pagas antecipadamente ⁽⁵⁾	27.258	28.173
Adiantamentos a empregados	5.846	4.375
Adiantamentos a fornecedores	6.023	4.267
Depósito para reinvestimento - incentivos fiscais ⁽⁶⁾	51.971	30.594
Créditos a receber de terceiros-alienação de bens e direitos ⁽⁷⁾	20.478	19.113
(-) Provisão para perdas ⁽⁷⁾	(4.863)	(6.146)
Reembolso CCC (aquisição de energia para o sistema Isolado) ⁽⁸⁾	3.118	6.456
Outros créditos a receber	5.700	3.300
Total	377.020	382.814
Circulante	297.408	299.110
Não circulante	79.612	83.704

⁽¹⁾ **Subvenção - Baixa Renda** - referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2023, com estimativas de recebimentos para o próximo trimestre, após validação da ANEEL. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

Subvenção Baixa Renda	2023	2022
Saldo inicial - circulante	14.983	11.202
Subvenção Baixa Renda	96.532	83.386
Ressarcimentos realizados pela CCEE	(95.631)	(79.605)
Saldo final - circulante	15.884	14.983

⁽²⁾ **Subvenção CDE - Descontos Tarifários** - referem-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte Incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e SCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

Subvenção CDE	2023	2022
Saldo inicial - circulante	76.615	66.874
Subsídios	404.196	362.569
Ressarcimento realizados pela CCEE ⁽¹⁾	(437.682)	(352.828)
Saldo final - circulante	43.129	76.615

⁽¹⁾ A partir dos processos tarifários de 2023 passou a compor o valor do repasse de subvenção da CDE o subsídio tarifário relacionado ao desconto aplicado no faturamento da energia compensada associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE, conforme disposto no art. 27 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, respeitando a regra de transição aplicável ao faturamento de cada unidade consumidora participante do SCEE.

⁽³⁾ **Outros créditos a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA** - refere-se créditos oriundo de transações entre partes relacionadas até a data de alienação para a empresa Equatorial Energia S.A. realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber será atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a. restante de 50% será, (ii) de março de 2031 a

setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo realizado em setembro de 2034. Os juros estão sendo recebidos semestralmente desde setembro de 2019.

- (4) **Sub-rogação CCC** - a Companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						2023	2022
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	43.510	19.265	8.009	18.569
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	3.600	1.028	2.343	2.528
Sistema de Transmissão Guariba	em serviço	110.006	57.795	10.514	16.227	63.508	56.402
Total		152.928	94.964	57.624	36.520	73.860	77.499
Circulante						17.704	16.405
Não Circulante						56.156	61.094

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O Despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento, aprovados pelo órgão regulador.

- (5) Inclui valores relacionados a prêmio de seguro e a cota do Proinfra - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.
- (6) **Depósito para reinvestimento** - incentivos fiscais - refere-se ao benefício de reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, que a Companhia dispõe para reinvestir em seus próprios empreendimentos em operação na área de atuação da SUDAM, instalada nos setores da econômica considerados prioritários para o desenvolvimento regional.
- (7) **Créditos a receber de terceiros** - refere-se a uso mútuo de postes e venda de sucata.
- (8) **Reembolso CCC (aquisição de energia para o sistema isolado)** - trata-se de direitos de ressarcimento correspondentes ao custo de geração total, cujos gastos totais ultrapassaram o valor do ACRmed (custo coberto pelos consumidores da concessão). Os valores estabelecidos para o ano de 2023 foi de R\$348,72/MWh e em 2022 correspondia a R\$274,01/ MWh. A metodologia de apuração é estabelecida pela Lei nº 12.111/2017 regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 801/2017.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, que detém 57,68% do capital total, que por sua vez possui o controle acionário das Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A		
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding

A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A, que detém o controle direto das seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A;	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Energisa Transmissão de Energia S/A;	ETE	Holding
· Voltz Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A;	ALSOL	Holding e Geração distribuída

	Sigla	Ramo de atividade
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A;	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A;	EGCS-RP2	Parque Solar
· Energisa Distribuição de Gás S/A;	EDG	Holding
· Energisa Biogás S/A; e	EBG	Holding
· Energisa Participações Nordeste S/A.	EPN	Holding

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora a Rede Energia Participações S/A), Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A, Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG) e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IV S/A;	ETE IV	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia V S/A;	ETE V	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A;	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VIII S/A; e	ETE VIII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda;	REENERGISA I	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A;	REENERGISA II	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A;	REENERGISA III	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A;	REENERGISA IV	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A;	REENERGISA VI	Geração distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLWSOLAR	Geração distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração distribuída
Controlada direta da Energisa Biogás S/A:		
· Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de compostagem
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A:		
· Companhia de Gás do Espírito Santo - Es Gás	ESGAS	Distribuição do Gás Natural
Controlada direta da Energisa Soluções S/A:		
· Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A.	ESOLC	Serviços

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (despesas)/ Projetos	Compartilhamento ⁽¹⁾	Disponibilização do sistema (receita/despesa)	Debêntures (despesa) financeira ⁽²⁾	Saldo a receber (pagar)	Saldo a pagar Debêntures ⁽²⁾	Saldo a receber (pagar) Disponibilização de sistema
ESA ⁽³⁾	(81.969)	(21.991)	-	(12.513)	(15.292)	(264.972)	-
MULTI ⁽⁴⁾	(12.588)	-	-	-	(2.234)	-	-
ESOL ^{(5) (6)}	(7.429)	-	-	-	(184)	-	-
ESOLC ⁽⁵⁾	(86.578)	-	-	-	(13.647)	-	-
EMS ⁽⁷⁾	-	(4.841)	2.901	-	(461)	-	144
ETO ⁽⁷⁾	-	919	107	-	97	-	-
EAC	-	(33)	-	-	(17)	-	-
EMR	-	(10.726)	-	-	(1.165)	-	-
EPB	-	(23.950)	-	-	(2.471)	-	-
ERO ⁽⁷⁾	-	(40)	(1.139)	-	(79)	-	-
ESE	-	(156)	-	-	2	-	-
ESS	-	(278)	-	-	(33)	-	-
ECOM	-	(752)	-	-	(89)	-	-
EGO I ⁽⁸⁾	-	17	(490)	-	2	-	-
EPA I ⁽⁸⁾	-	22	(9.449)	-	2	-	(771)
EPA II ⁽⁸⁾	-	11	(358)	-	1	-	-
ETT ⁽⁸⁾	-	3	(699)	-	-	-	-
EAM ⁽⁸⁾	-	-	(78)	-	-	-	-
EPT ⁽⁸⁾	-	-	(9.872)	-	-	-	(203)
LMTE ⁽⁸⁾	-	-	(1.400)	-	-	-	(43)
LXTE ⁽⁸⁾	-	-	(1.621)	-	-	-	(49)
LTTE ⁽⁸⁾	-	-	(549)	-	-	-	(15)
2023	(188.564)	(61.795)	(22.647)	(12.513)	(35.568)	(264.972)	(937)
2022	(179.799)	(65.759)	(19.853)	(25.301)	(46.102)	(108.530)	(107)

⁽¹⁾ Contrato de compartilhamento - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

⁽²⁾ A Companhia efetuou a 6ª, 7ª e 16ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19). Em 31 de dezembro de 2023 o valor atualizado é de R\$264.972 (R\$108.530 em 2022).

⁽³⁾ Serviços compartilhados de rotinas administrativas - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; e

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$231.742, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

⁽⁴⁾ Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.

⁽⁵⁾ Referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026; e

Contrato de fornecimento de materiais e serviços para as subestações PCH Casca III, Campo Verde, Diamantino, Petrovina e São José do Rio Claro, firmado em 05 de abril de 2022 com vencimento em 04 de abril de 2027 no valor total de R\$5.858, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 665, em 11 de março de 2022.

⁽⁶⁾ Contrato de prestação de serviços - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as

boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho Aneel, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02/09/2022 e vencimento em 02/09/2027.

- (7) Refere-se ao contrato de disponibilização do sistema de distribuição (TUSD);
- (8) Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão e com vencimentos em 2025.

Remuneração dos administradores

	2023	2022
Remuneração anual ⁽¹⁾	12.199	11.731
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	586	570
Remuneração da Diretoria	4.534	4.273
Outros benefícios ⁽²⁾	3.716	3.618

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2023 foi aprovado na AGO/E de 26 de abril de 2023.

(2) Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros relativas ao mês de dezembro, foram de R\$84 e R\$3 (R\$71 e R\$3 em 2022), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2023 foi de R\$29 (R\$27 em 2022).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de quatro programas de concessão de ações (units) em andamento: (i) 4º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2021 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2024; (ii) 5º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2025 (iii) e o 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de Restricted Shares (Matching), iniciado em dezembro de 2023 e o segundo Performance Shares, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2026.

O 4º e 5º Programas são associados as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de Caixa Livre, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de Performance Shares é associado as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de Restricted Shares (Matching) é associado ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de units ENGI11 e, após o período de vesting, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas units por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de units compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) unit adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) unit.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	2º programa ⁽¹⁾	3º programa ⁽¹⁾	4º programa	5º programa	6º programa (Restricted Shares)	6º programa (Performance Shares)
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023	Monte Carlo
Total de opções de ações (units) outorgadas	31.318	28.904	44.930	49.711	28.862	28.862
Opções de ações (units) prescritas	-	6.196	7.936	15.738	N/A	N/A
Data de aprovação do Conselho de Administração	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023
Data de início vesting	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023
Prazo de carência	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses
Taxa de juros livre de risco	7,70%	5,26%	7,88%	12,55%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2022	DI1F2023	DI1J2024	DI1J2025	N/A	-
Volatilidade ⁽²⁾	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$54,97	R\$43,69	R\$37,19	R\$37,90	R\$48,40	R\$48,40
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Em 01 de junho de 2023, foi assinado o termo de quitação e ciência do 3º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de Units previstos no programa, em decorrência do não atingimento de todos os índices requeridos e em 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foi de R\$1.248 representativo de 28.382 Units, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário.

⁽²⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return TSR*) foram calculadas com base nos valores históricos de 01 (um) ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício de 2023, foram reconhecidos R\$855 (R\$1.386 em 2022) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 2023 é de R5.500 (R\$4.645 em 2022).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2023	2022
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	195.422	234.092
Contribuição social sobre o lucro líquido	70.352	84.273
Total	265.774	318.365

Passivo

	2023	2022
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(436.085)	(361.924)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(156.990)	(130.293)
Total	(593.075)	(492.217)
Total líquido - passivo não circulante	(327.301)	(173.852)

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2023		2022	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	467.598	158.983	455.070	154.724
Outras provisões (honorários e outras)	102.626	34.893	235.680	80.131
Provisões para riscos cível, trabalhista, fiscal e regulatória	66.089	22.470	78.261	26.609
Marcação a mercado - dívida	61.390	20.873	(53.891)	(18.323)
Ajustes a valor presente	39.744	13.513	45.266	15.390
Provisão ajuste atuarial	29.200	9.928	119.567	40.653
Contratos e prestações de serviços	1.662	565	2.523	858
Outras adições temporárias	12.482	4.244	40.768	13.861
Parcela do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão e atualização	(1.534.885)	(521.861)	(1.255.995)	(427.038)
Instrumentos financeiros - derivativos	(76.905)	(26.148)	(77.762)	(26.439)
Encargos sobre reavaliação de ativos	(43.135)	(14.666)	(56.417)	(19.182)
Provisão IRPJ e CSLL s/ Encargos Capitalizados	(20.355)	(6.921)	-	-
Outras exclusões temporárias	(68.162)	(23.174)	(44.400)	(15.096)
Total líquido - passivo não circulante	(962.651)	(327.301)	(511.330)	(173.852)

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização de créditos fiscais
2024	64.752
2025	69.831
2026	66.164
2027	65.027
Total	265.774

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	2023	2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.671.814	1.400.977
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(568.417)	(476.332)
Ajustes:		
Incentivos fiscais - redução 75% IRPJ e adicionais (SUDAM) ⁽¹⁾	261.642	188.324
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽²⁾	5.121	12.877
Incentivos fiscais - Depósito para Reinvestimento (SUDAM) ⁽³⁾	14.042	10.586
Outros Créditos (Débitos) de períodos anteriores	(13.804)	47.702
Despesas ineditáveis (doações, brindes, multa, etc.)	(3.745)	(2.614)
Outros incentivos fiscais ⁽⁴⁾	12.391	9.184
Imposto de renda e contribuição social	(292.770)	(210.273)
Alíquota efetiva	17,51%	15,01%

⁽¹⁾ Em dezembro de 2014 a Companhia obteve aprovação junto ao Ministério da Integração Social do seu pedido de benefício fiscal para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023, através do Laudo Constitutivo 114/2014, expedido em 19/12/2014, bem como o reconhecimento pela Receita Federal do Brasil, através do Ato Declaratório Executivo nº 17-DRF/CBA de 02 de fevereiro de 2015, que consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDAM apurados no exercício, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia, amparada pela legislação vigente, formalizou junto à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) o pedido de prorrogação do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de mais 10 anos, a contar data da data de sua aprovação.

Em dezembro de 2023, foi aprovado o pedido, sendo expedido o Laudo Constitutivo SUDAM n° 176/2023, concedendo o direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não-restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos (2023 a 2032), em favor da sociedade. Ato contínuo, a empresa protocolou em 27/12/2023, junto à Receita Federal do Brasil, através do processo n° 10061.731188/2023-75, requerimento acompanhado do referido Laudo Constitutivo, atendendo assim ao estabelecido no art. 3° do decreto 4.212/2022. O processo aberto junto à Receita Federal do Brasil aguarda revisão pelo órgão.

- (2) Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei n° 11.196/2005.
- (3) Trata-se da parcela de 30% do Imposto de Renda, para ser reinvestidos em seus projetos instalados na área de atuação da SUDAM, para o desenvolvimento regional.
- (4) Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou o Recurso Extraordinário n° 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de dezembro de 2023 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

13. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$313.077 (R\$240.785 em 2022).

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Ativo financeiro valor justo	2023	2022
Saldo inicial	4.825.060	3.884.108
Adições no exercício ⁽¹⁾	445.452	711.225
Baixas no exercício	(25.943)	(11.058)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	313.077	240.785
Saldo final	5.557.646	4.825.060

- (1) Refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.
- (2) Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos são incorporados ao custo da construção da infraestrutura, e são apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2022	Adição	Transferências		Saldos em 2023
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	424.781	1.065.508	(134.838)	(506.419)	849.032
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	201.590	113.534	(14.690)	(60.967)	239.467
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	223.191	951.974	(120.148)	(445.452)	609.565

	Saldos em 2021	Adição	Transferências		Saldos em 2022
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	352.317	1.083.819	(223.162)	(788.193)	424.781
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	118.987	188.012	(28.441)	(76.968)	201.590
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	233.330	895.807	(194.721)	(711.225)	223.191

⁽¹⁾ O montante de R\$120.148 (R\$194.721 em 2022) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão.

⁽²⁾ O montante de R\$445.452 (R\$711.225 em 2022) foi transferido para o Ativo financeiro indenizável da concessão.

15. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2022	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2023
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	17.361	-	508	(5.585)	-	12.284
Máquinas e Equipamentos	12,01%	47.050	-	5.190	(344)	-	51.896
Veículos	14,29%	-	-	2.405	-	-	2.405
Móveis e utensílios	6,25%	9.399	-	710	(50)	-	10.059
Total do imobilizado em serviço		73.810	-	8.813	(5.979)	-	76.644
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(995)	-	-	291	(485)	(1.189)
Máquinas e Equipamentos		(32.212)	-	-	18	(2.700)	(34.894)
Veículos		-	-	-	-	(163)	(163)
Móveis e utensílios		(5.220)	-	-	5	(403)	(5.618)
Total Depreciação acumulada		(38.427)	-	-	314	(3.751)	(41.864)
Subtotal Imobilizado		35.383	-	8.813	(5.665)	(3.751)	34.780
Imobilizado em curso		5.915	12.244	(8.813)	-	-	9.346
Total do Imobilizado		41.298	12.244	-	(5.665)	(3.751)	44.126

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2021	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2022
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	6.897	-	10.464	-	-	17.361
Máquinas e Equipamentos	12,65%	40.297	-	6.753	-	-	47.050
Veículos	14,29%	-	-	138	(138)	-	-
Móveis e utensílios	6,25%	9.001	-	398	-	-	9.399
Total do imobilizado em serviço		56.195	-	17.753	(138)	-	73.810
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(556)	-	-	-	(439)	(995)
Máquinas e Equipamentos		(29.609)	-	-	-	(2.603)	(32.212)
Veículos		-	-	(138)	138	-	-
Móveis e utensílios		(4.842)	-	-	-	(378)	(5.220)
Total Depreciação acumulada		(35.007)	-	(138)	138	(3.420)	(38.427)
Subtotal Imobilizado		21.188	-	17.615	-	(3.420)	35.383
Imobilizado em curso		13.718	9.812	(17.615)	-	-	5.915
Total do Imobilizado		34.906	9.812	-	-	(3.420)	41.298

16. Intangível

	2023	2022
Intangível - contrato de concessão	1.114.372	1.284.394
Intangível - direito de uso	1.710	2.345
Intangível - software	71.994	52.668
Total	1.188.076	1.339.407

16.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2023
Intangível Em Serviço						
Custo	3,83%	5.128.269	134.844	(66.152)	-	5.196.961
Amortização Acumulada		(3.509.334)	(768)	53.841	(348.925)	(3.805.186)
Subtotal		1.618.935	134.076	(12.311)	(348.925)	1.391.775
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,68%	1.428.702	14.690	-	-	1.443.392
Amortização Acumulada		(1.094.161)	(762)	-	(71.066)	(1.165.989)
Subtotal		334.541	13.928	-	(71.066)	277.403
Total do intangível - contrato de concessão		1.284.394	120.148	(12.311)	(277.859)	1.114.372

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2021	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2022
Intangível Em Serviço						
Custo	3,82%	4.987.771	223.024	(82.526)	-	5.128.269
Amortização Acumulada		(3.258.115)	(508)	65.973	(316.684)	(3.509.334)
Subtotal		1.729.656	222.516	(16.553)	(316.684)	1.618.935
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,67%	1.408.159	28.441	(7.898)	-	1.428.702
Amortização Acumulada		(1.023.571)	(646)	2.742	(72.686)	(1.094.161)
Subtotal		384.588	27.795	(5.156)	(72.686)	334.541
Total do intangível - contrato de concessão		1.345.068	194.721	(11.397)	(243.998)	1.284.394

⁽¹⁾ Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

- (2) As baixas no montante de R\$12.311 (R\$11.397 em 2022), foram contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.
- (3) A Companhia reconheceu no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$16.797 (R\$16.161 em 2022) e não inclui o montante de R\$778 (R\$587 em 2022) referente a provisão de despesa de amortização de incorporações de redes.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia elétrica, não podendo ser alienada, cedida ou dada em garantia sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948 de 16 de novembro de 2021 aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, como também dispensou a obrigação de anuência prévia no caso de desvinculação de bens considerados inservíveis. Determinou, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,83% (3,82% em 2022).

Obrigações vinculadas à concessão

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2023	2022
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	1.185.022	1.078.733
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	1.253.134	1.245.889
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	119.971	119.971
(-) Amortização acumulada	(1.165.989)	(1.094.161)
Total	1.392.138	1.350.432
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	875.268	814.301
Ativo contratual - Infraestrutura em construção e intangível em curso	239.467	201.590
Intangível - contrato de concessão	277.403	334.541
Total	1.392.138	1.350.432

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço.

(2) Inclui participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, destinadas ao Programa Luz para Todos; recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC que envolvem na sub-rogação do direito de uso, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC.

16.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2022	Amortização	Saldos em 2023
Intangível - direito de uso				
Custo	5,94%	10.691	-	10.691
Amortização Acumulada		(8.346)	(635)	(8.981)
Total do Intangível - direito de uso		2.345	(635)	1.710

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - direito de uso				
Custo	12,65%	10.691	-	10.691
Amortização Acumulada		(6.994)	(1.352)	(8.346)
Total do Intangível - direito de uso		3.697	(1.352)	2.345

16.3. Intangível - software

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2023
Intangível - software						
Custo	20,00%	81.131	-	52.000	-	133.131
Amortização Acumulada		(52.663)	-	-	(12.301)	(64.964)
Em curso		24.200	31.627	(52.000)	-	3.827
Total do Intangível - software		52.668	31.627	-	(12.301)	71.994

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2021	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - software						
Custo	20,00%	64.368	-	16.763	-	81.131
Amortização Acumulada		(42.608)	-	-	(10.055)	(52.663)
Em curso		15.000	25.963	(16.763)	-	24.200
Total do Intangível - software		36.760	25.963	-	(10.055)	52.668

17. Fornecedores

	2023	2022
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	350.259	287.230
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	17.062	24.031
Operador Nacional do Sistema Elétrica - ONS ⁽¹⁾	45.363	42.444
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	791	243
Encargos de serviços do sistema ⁽³⁾	10.047	543
Encargos de conexão ⁽¹⁾	1.855	7.860
Materiais e serviços e outros ⁽⁴⁾	183.446	107.465
Total	608.823	469.816
Circulante	572.875	435.698
Não circulante	35.948	34.118

⁽¹⁾ **Compra de energia elétrica, operador nacional do sistema elétrico e encargos do uso da rede elétrica** - referem-se à aquisição de energia elétrica de geradores, aos custos de transmissão e ao uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

⁽²⁾ **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE** - A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. As principais variações foram motivadas pela realização da carga mensal da área de concessão e dos contratos da distribuidora. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precificas as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

⁽³⁾ **Encargos do serviço do sistema** - Os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. Em 2023, houve necessidade de acionar térmicas para atender a carga do SIN em função das ondas de calores observadas nos meses de novembro e dezembro enquanto no exercício de 2022 as condições hidrológicas eram favoráveis, assim não houve necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito.

⁽⁴⁾ **Materiais, serviços e outros** - refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
Pós Fixado								
INPC	13.967	265	(1.763)	(724)	1.321	-	-	13.066
IPCA	333.458	-	(28.472)	(15.518)	30.924	-	-	320.392
CDI	455.770	500.000	(90.050)	(89.778)	85.072	-	-	861.014
TR	354.193	-	-	(30.409)	29.758	-	-	353.542
(-) Custo com captação	(1.091)	-	-	-	955	(2.924)	-	(3.060)
Total ao custo amortizado	1.156.297	500.265	(120.285)	(136.429)	148.030	(2.924)	-	1.544.954
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	1.657.681	930.000	(621.965)	(83.248)	(39.670)	-	-	1.842.798
Euro	138.858	-	-	(2.383)	(3.048)	-	-	133.427
Marcação a mercado	(16.628)	-	-	-	-	-	18.080	1.452
Total ao valor justo	1.779.911	930.000	(621.965)	(85.631)	(42.718)	-	18.080	1.977.677
Total	2.936.208	1.430.265	(742.250)	(222.060)	105.312	(2.924)	18.080	3.522.631
Circulante	798.604							804.764
Não circulante	2.137.604							2.717.867

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado							
Moeda Nacional							
Pós Fixado							
INPC	8.968	8.751	(4.493)	(593)	1.334	-	13.967
IPCA	333.863	-	(20.736)	(16.088)	36.419	-	333.458
CDI	958.579	-	(462.988)	(112.363)	72.542	-	455.770
TR	353.756	-	-	(29.008)	29.445	-	354.193
(-) Custo com captação	(1.417)	-	-	-	326	-	(1.091)
Total ao custo amortizado	1.653.749	8.751	(488.217)	(158.052)	140.066	-	1.156.297
Mensurados ao valor justo							
Moeda Estrangeira							
Dólar	918.584	1.108.243	(331.920)	(26.101)	(11.125)	-	1.657.681
Euro	67.509	150.000	(58.653)	(2.205)	(17.793)	-	138.858
(-) Custo com captação	(109)	-	-	-	109	-	-
Marcação a mercado	1.071	-	-	-	-	(17.699)	(16.628)
Total ao valor justo	987.055	1.258.243	(390.573)	(28.306)	(28.809)	(17.699)	1.779.911
Total	2.640.804	1.266.994	(878.790)	(186.358)	111.257	(17.699)	2.936.208
Circulante	937.410						798.604
Não circulante	1.703.394						2.137.604

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de swap (% a.a.) ⁽²⁾	Garantias ⁽³⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	2023	2022								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	353.542	354.193	TR + 7.00%	-	out/34	A partir de nov/29 a.m.	9,39%	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	360.251	389.032	CDI + 0.70%	-	abr/31	A partir de mai/21 a.m.	13,85%	-	R	NA
Santander FRN 4133870 ¹	-	66.738	CDI + 0.95%	-	fev/23	A partir de fev/22 semestral	14,10%	-	A	NA
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A	111.084	133.595	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00%	-	out/27	A partir de abr/22 a.m.	9,45%	-	A + R	2
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B	209.308	199.863	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00%	CDI + 0,02%	dez/34	A partir de nov/27 a.m.	9,45%	13,17%	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	11.690	12.260	INPC + 5.46%	-	out/29	A partir de jan/21 a.m.	9,17%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	-	62	INPC + 5.45%	-	dez/31	A partir de jan/21 a.m.	8,36%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Cemat BD I	-	185	INPC + 5.47%	-	nov/33	A partir de jan/21 a.m.	8,38%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	1.376	1.381	INPC + 5.17%	-	fev/38	A partir de abr/22 a.m.	3,71%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Cemat BD I	-	79	INPC + 5.01%	-	fev/35	A partir de abr/22 a.m.	7,92%	-	A	NA
EMT X 1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA ⁽⁴⁾	500.763	-	CDI + 1,80%	-	jun/25	Final	14,95%	-	A	2
(-) Custo com captação	(3.060)	(1.091)								
Total em Moeda Nacional	1.544.954	1.156.297								
Resolução 4131-Bank of America ML ⁽⁵⁾	133.427	138.858	EURO + 1.48%	CDI + 1,60%	fev/25	Final	-2,43%	14,75%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 11062021 ⁽⁵⁾	113.500	122.334	USD + 1.21%	CDI + 1,65%	jun/24	Final	-6,00%	14,80%	A	2
J P MORGAN Loan ⁽⁵⁾	286.265	308.579	USD + 3.04%	CDI + 1,55%	mar/25	Final	-4,17%	14,70%	A	2
Citibank Loan 56416 ⁽⁵⁾	-	61.001	LIBOR + 0.60%	CDI + 0,65%	fev/23	Final	-1,06%	13,80%	A	2
Citibank Loan 60976 ⁽⁵⁾	101.819	109.092	SOFR + 1.00%	CDI + 1,40%	mar/24	Final	-0,66%	14,55%	A	2
Santander Loan ccb1044407 ⁽⁵⁾	-	92.549	USD + 2.68%	CDI + 1,60%	fev/23	Final	-4,53%	14,75%	A	2
Merryl Lynch Loan 12062020 ⁽⁴⁾	-	240.352	USD + 1.70%	CDI + 1,50%	set/23	Final	-5,51%	14,65%	A	2
Merryl Lynch Loan 12062020 ⁽⁵⁾	-	105.020	LIBOR + 1.18%	CDI + 1,63%	ago/23	Final	-0,48%	14,78%	A	2
Scotiabank Loan 13102022 ⁽⁵⁾	241.016	259.843	USD + 5,25%	CDI + 1,40%	out/25	Final	-1,96%	14,55%	A	2
JP Morgan 10112022 ⁽⁵⁾	-	157.843	USD + 6,41%	CDI + 1,30%	nov/23	Final	-0,80%	14,45%	A	2
Merryl Lynch Loan 01122022 ⁽⁵⁾	186.563	201.068	USD + 5,67%	CDI + 1,45%	dez/24	Final	-1,54%	14,60%	A	2
Citibank Loan 62778 ⁽⁵⁾	293.478	-	SOFR +0,80%	CDI + 1,50%	jan/26	Final	-0,86%	14,65%	A	2
Scotiabank Loan 09032023 ⁽⁵⁾	218.469	-	USD + 5,36%	CDI + 1,57%	mar/26	Final	-1,85%	14,72%	A	2
Merryl Lynch Loan 24032023 ⁽⁵⁾	27.525	-	USD + 5,03%	CDI + 1,55%	mar/25	Final	-2,18%	14,75%	A	2
Safra Loan 157495 ⁽⁵⁾	15.404	-	USD + 6,42%	CDI + 1,60%	fev/24	Final	-0,79%	14,75%	A	2
Safra Loan 157497 ⁽⁵⁾	13.030	-	USD + 6,42%	CDI + 1,60%	ago/24	Final	-0,79%	14,75%	A	2
Safra Loan 157522 ⁽⁵⁾	11.535	-	USD + 6,42%	CDI + 1,60%	fev/25	Final	-0,79%	14,75%	A	2
Safra Loan 157523 ⁽⁵⁾	214.812	-	USD + 6,42%	CDI + 1,60%	ago/25	Final	-0,79%	14,75%	A	2
BAML LOAN 17112023 ⁽⁵⁾	119.382	-	USD + 5,95%	CDI + 1,53%	nov/25	Final	-1,26%	14,68%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁶⁾	1.452	(16.628)								
Total em Moeda Estrangeira	1.977.677	1.779.911								
Total	3.522.631	2.936.208								

- (1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2023. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32;
- (2) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023 demonstrados na nota explicativa nº 32.
- (3) A = Aval Energisa S.A., R= Recebíveis.
- (4) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ^(*)	⁽²⁾ Menor ou igual a: 4,25 até o vencimento	Trimestral e Anual

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2023, as exigências contratuais foram cumpridas;

- (5) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 32); e
- (6) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como “*Fair Value Option*” (vide nota explicativa nº 32).

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$42.874 (R\$41.847 em 2022), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2023	2022
US\$ x R\$	-7,21%	-6,50%
CDI	13,15%	12,39%
IPCA	4,62%	5,78%
LIBOR	5,55%	2,40%
TR	2,39%	1,63%
Euro	-3,91%	-11,89%
INPC	3,71%	5,93%
Sofr	5,55	0,00%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2025	1.318.792
2026	585.789
2027	81.737
2028	81.774
Após 2028	649.775
Total	2.717.867

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização o monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado								
CDI	689.768	-	(257.118)	(89.177)	74.007	-	-	417.480
IPCA	1.408.457	150.000	(168.654)	(77.603)	139.620	-	-	1.451.820
(-) Custo com captação	(24.132)	-	-	-	4.967	(4.638)	-	(23.803)
Marcação a mercado	(37.263)	-	-	-	-	-	97.201	59.938
Total ao custo amortizado	2.036.830	150.000	(425.772)	(166.780)	218.594	(4.638)	97.201	1.905.435
Circulante	457.714							550.517
Não circulante	1.579.116							1.354.918

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado								
CDI	721.783	-	(42.945)	(84.548)	95.478	-	-	689.768
IPCA	1.200.783	260.000	(122.496)	(71.565)	141.735	-	-	1.408.457
(-) Custo com captação	(22.281)	-	-	-	5.196	(7.047)	-	(24.132)
Marcação a mercado	9.614	-	-	-	-	-	(46.877)	(37.263)
Total ao custo amortizado	1.909.899	260.000	(165.441)	(156.113)	242.409	(7.047)	(46.877)	2.036.830
Circulante	191.410							457.714
Não circulante	1.718.489							1.579.116

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa efetiva de Swap (% a.a.) (1)	Garantias (2)	Covenants (3)
	2023	2022										
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	105.646	101.015	15/06/2017	73494 / 73494	IPCA + 5,66%	102,65% CD	jun/24	Final	10,28%	13,50%	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	2.746	2.625	15/10/2017	1965 / 1965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	out/24	Final	9,33%	13,36%	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	5.114	4.890	15/10/2017	3657 / 3657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	out/27	Final	9,73%	13,61%	SG	NA
Debêntures 9ª Emissão	345.233	495.207	15/09/2018	385000 / 385000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	set/25	Anual a partir de set/23	9,70%	13,64%	A	1
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	118.220	118.386	10/06/2019	117500 / 117500	CDI + 0,73%	-	jun/24	Final	13,88%	-	A	1
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.705	32.751	10/06/2019	32500 / 32500	CDI + 1,05%	-	jun/29	Anual a partir de jun/27	14,20%	-	A	1
Debêntures 11ª Emissão	-	136.912	15/02/2020	130000 / 130000	CDI + 0,95%	-	fev/23	Final	14,10%	-	A	1
Debêntures 12ª Emissão	266.555	401.719	25/08/2020	381354 / 381354	CDI + 2,30%	-	ago/25	Anual a partir de ago/23	15,45%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	75.564	72.247	15/10/2020	60100 / 60100	IPCA + 4,23%	CDI + 0,835%	out/27	Final	8,85%	13,99%	A	2
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	87.928	84.069	15/10/2020	69900 / 69900	IPCA + 4,47%	CDI + 1,78%	out/30	Anual a partir de out/28	9,09%	14,93%	A	2
Debêntures 14ª Emissão	399.410	381.905	15/10/2021	350000 / 350000	IPCA + 6,09%	CDI + 0,705%	out/31	Anual a partir de out/29	10,71%	13,86%	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	176.257	168.533	15/04/2022	164.437 / 164.437	IPCA + 6,16%	CDI + 0,717%	abr/29	Anual a partir de abr/27	10,78%	13,87%	A	2

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa efetiva de Swap (% a.a.) (1)	Garantias (2)	Covenants (3)
	2023	2022										
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	102.456	97.966	15/04/2022	95.563 / 95.563	IPCA + 6.28%	CDI + 0,880%	abr/32	Anual a partir de abr/30	10,90%	14,03%	A	2
Debêntures 16ª Emissão 1ª Série	20.873	-	13/09/2023	20.677 / 20.677	IPCA + 6.17%	-	set/30	Anual a partir de abr/30	10,79%	-	SG	NA
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	130.593	-	13/09/2023	129.323 / 129.323	IPCA + 6.45%	-	set/33	Anual a partir de abr/30	11,07%	-	SG	NA
(-) Custo com captação	(23.803)	(24.132)										
Marcação à Mercado de Dívida	59.938	(37.263)										
Total	1.905.435	2.036.830										

(1) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023 demonstrados na nota explicativa nº 32.

(2) A = Aval Energisa S.A., SG = Sem garantia.

(3) Condições de covenants.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
	(1) Menor ou igual a:	
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (1)	4,0x até o vencimento, para emissões até março de 2020	Trimestral e Anual
	(2) Menor ou igual a:	
	4,25x até o vencimento, para demais emissões	

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2023 as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2023, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2025	298.997
2027	149.653
2028	98.704
Após 2028	807.564
Total	1.354.918

20. Impostos e contribuições sociais

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽¹⁾	982.892	644.991
Encargos sociais	11.323	9.834
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	5.623	2.818
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	6.484	1.035
Contribuições ao Pis e a Cofins	45.545	43.140
Imposto sobre serviços - ISS	9.975	10.048
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	6.581	4.767
Outros	7.032	7.034
Total	1.075.455	723.667
Circulante	203.672	151.438
Não Circulante	871.783	572.229

⁽¹⁾ Inclui, R\$868.858 (R\$509.102 em 2022), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante (vide nota explicativa n° 6).

21. Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do Pis e da Cofins. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do Pis e da Cofins”), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o Pis e a Cofins. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição.

Em 21 de setembro de 2021, transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 1ª Região decisão favorável o processo nº 0004036-91.2017.4.01.3600, da Companhia.

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME reconheceu em 2021 o montante de R\$1.069.192, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários

correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (“RFB”).

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, iniciadas a partir do mês de julho/2022, após habilitação dos créditos perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (“RFB”).

O resumo dos impactos são como segue:

	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021	1.130.620	1.240.973
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	88.625	107.195
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(4.120)	(4.971)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores ⁽¹⁾	(414.698)	(212.577)
Total	800.427	1.130.620
Circulante	129.560	-
Não circulante	670.867	1.130.620

⁽¹⁾ Vide nota explicativa nº 9.

22. Encargos setoriais e incorporação de redes particulares

22.1. Encargos setoriais

	2023	2022
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	36.177	12.441
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT ^(1 e 2)	-	1.318
Ministério de Minas e Energia - MME ^(1 e 2)	-	659
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	11.217	6.109
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	51.539	49.013
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	87.314	63.750
Total	186.247	133.290
Circulante	157.282	107.542
Não circulante	28.965	25.748

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 10 - Outros créditos - Ordens de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo a receber, em decorrência do recálculo referente a alteração dos percentuais aplicados em PEE e P&D, conforme Parecer n. 00316/2023/PFANEEL/PGE/AGU.

22.2. Incorporação de redes

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, os solicitantes, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Companhia até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que

se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros. A partir de 01 de julho de 2022, os valores devidos, passaram a ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2023	2022
Saldo inicial - circulante	65.862	93.922
Adições	151.937	133.166
Atualização monetária e juros	60.315	84.808
Pagamentos	(250.144)	(246.034)
Saldo final - circulante	27.970	65.862

23. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória.

23.1. Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Regulatório	Fiscal	Ambiental	2023	2022
Saldos inicial - não circulante	4.049	70.170	3.344	698	-	78.261	94.676
Constituições de provisões	6.098	58.229	-	-	359	64.686	74.266
Reversões de provisões	(2.980)	(31.893)	(2.845)	(122)	(136)	(37.976)	(44.966)
Pagamentos realizados	(3.427)	(34.670)	-	(4)	-	(38.101)	(43.169)
Atualização monetária	181	(574)	(499)	48	63	(781)	(2.546)
Saldos final - não circulante	3.921	61.262	-	620	286	66.089	78.261

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$48.609 (R\$57.679 em 2022). Desse total, R\$35.916 (R\$44.791 em 2022) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Trabalhista

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos de horas extras/reflexos, sobreaviso e intervalo Inter jornada atrelados a funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregado.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no SERASA, basicamente referente negatização e atraso na regularização/positivação de clientes.

Fiscal

Nos processos tributários discute-se principalmente o recolhimento de Contribuições Previdenciárias e impostos sobre serviço.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

23.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação com as perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	Ambiental	2023	2022
Saldos inicial	15.456	896.032	344.645	54.225	-	1.310.358	1.253.754
Novos processos	4.865	42.115	1.376	-	2.830	51.186	97.946
Mudança de prognósticos e valor pedido	7.574	10.518	5.428	-	3	23.523	(93.378)
Encerramento de processos	(4.181)	(21.909)	(1.111)	(43.646)	(501)	(71.348)	(46.181)
Atualização monetária	2.323	35.284	41.753	6.771	6	86.137	98.217
Saldos final	26.037	962.040	392.091	17.350	2.338	1.399.856	1.310.358

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhista

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos de horas extras/reflexos, sobreaviso e indenizações atrelados a funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregado.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no SERASA, basicamente referente negatização e atraso na regularização/positivação de clientes.

Principais processos:

Nº Processo/Ação	Tipo da ação	Objeto	2023	2022
Ação 1004068-45.2018.4.01.3600	Ação de cobrança	Onde autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO para a implantação de redes de distribuição de energia elétrica, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.	399.843	384.284
Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041	Ação de indenização	Ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.	92.541	88.940
Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041	Ação de indenização	Objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.	52.442	50.402
Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003	Ação de indenização	Discute matéria relacionada a danos morais e materiais.	45.294	43.532
Ação de indenização 1005691-76.2017.8.11.0041	Ação de indenização	Discute matéria relacionada a cláusulas contratuais.	37.652	36.186

Fiscal

As ações de natureza tributária, referem-se basicamente, aos seguintes objetos: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (ii) imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) na figura de substituto tributário e (iii) imposto de renda e obrigação acessória junto à Receita Federal do Brasil.

Principais processos:

Nº Processo/Ação	Tipo da ação	Objeto	2023	2022
Processo 0010774-95.2017.4.01.3600	Exceção fiscal	Envolve discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da EMT no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos.	153.478	135.553
Processo administrativo nº 14094.720008/2018-36	Processo administrativo	Relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.	105.025	94.515
Processo administrativo 14041.720061/2020-77	Processo administrativo	Proposto pela Receita Federal para discussão sobre IRPJ, CSLL, PIS E COFINS sobre perdas não técnicas.	31.246	30.362

Regulatório

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL decorrem principalmente de penalidade aplicada em razão de Autos de Infração oriundos de fiscalizações.

Principal processo:

Nº Processo/Ação	Tipo da ação	Objeto	2023	2022
Processo 1078894-21.2022.4.01.3400	Ação anulatória	Envolvendo discussão sobre limites regulatórios para indicadores de DEC e FEC.	44.442	38.901

24. Outros passivos

	2023	2022
Adiantamento de consumidores	49.879	34.834
Encargos tarifários	3.403	3.403
Participações empregados e administradores	24.812	9.072
Convênio de arrecadação	1.583	1.091
Entidades seguradoras - prêmios de seguros	5.162	3.251
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso ⁽¹⁾	59.471	60.658
Ressarcimento Sistema PCH Rio Claro ⁽²⁾	-	14.664
Folha de pagamento	8.517	3.470
Bônus de redução voluntária de consumo ⁽³⁾	1.845	2.266
Transferência de ativos - Global Energia Elétrica S/A	-	10.468
Retenção de caução contratual	5.925	5.688
Parcelamentos de multas regulatórias	4.769	6.861
Outras contas a pagar	7.364	23.236
Total	172.730	178.962
Circulante	92.598	98.612
Não circulante	80.132	80.350

⁽¹⁾ Ressarcimento EBP - Salto Paraíso - refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela Companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD"). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2018.

⁽²⁾ Ressarcimento Sistema PCH Rio Claro - refere-se ao ressarcimento de ativos elétricos com a incorporação da LD 138KV Coletora Rio Claro no montante de R\$22.000, a ser pago à Hidroelétrica Rio Claro Ltda, em 6 parcelas, tendo sido iniciado o pagamento em outubro/22 e finalizado em abril de 2023.

⁽³⁾ Refere-se ao Programa de incentivo a redução voluntário de consumo de energia elétrica.

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$1.677.113 (R\$1.677.113 em 2022) e está representado por 75.529.774 (75.529.774 em 2022) ações ordinárias e 143.412.165 (143.412.165 em 2022) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 150.000.000 ações ordinárias e 300.000.000 ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

As ações preferenciais possuem as seguintes características:

- (i) Sem direito a voto;
- (ii) Prioridade no caso de reembolso do capital, sem prêmio;
- (iii) Prioridade na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% (dez por cento) ao ano sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações, dividendo a ser entre elas rateado igualmente;
- (iv) Direito de participar - depois de atribuído às ações ordinárias dividendo igual ao mínimo previsto no inciso "III" supra - da distribuição de quaisquer dividendos ou bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

As ações preferenciais sem direito de voto, adquirirão o exercício desse direito se a Companhia, durante três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até que passe a efetuar o pagamento de tais dividendos.

A transferência de propriedade das ações nominativas só poderá ser efetuada no escritório central da Companhia.

O desdobramento de títulos múltiplos será efetuado a preço não superior ao custo.

25.2. Reserva de capital

	2023	2022
Incentivos fiscais de Reinvestimentos ⁽¹⁾	18.141	18.141
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽²⁾	5.500	4.645
Total	23.641	22.786

(1) Incentivos fiscais de Reinvestimentos - instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997 e Medida Provisória nº 2.199/2014 que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infra-estrutura e turismo o reinvestimento correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os incentivos fiscais de Reinvestimento de 30% do IRPJ concedidos pela SUDAM à Companhia submetem-se às normas estabelecidas no Manual de Incentivos Fiscais da SUDAM, segundo o qual a incorporação dos recursos ao capital social da empresa deve ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDAM, de forma que a Companhia deverá proceder, quando for o caso, a distribuição de ações ou quotas aos acionistas ou sócios, na forma estabelecida na legislação.

(2) Programa de remuneração variável (ILP) - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 11).

25.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

25.4. Reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Centro Oeste, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 114/2014 - Ato Declaratório Executivo nº 17 - DRF/CBA de 02 de fevereiro de 2015, que impôs algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda). No exercício de 2023 a Companhia apurou R\$261.642 (R\$188.324 em 2022) de redução de imposto de renda e adicionais.

Em 2023 foram apurados R\$14.042 (R\$10.586 em 2022) referente ao Incentivo fiscal de Reinvestimentos, correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de 50% de Recursos Próprios.

25.5. Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$316.348 foi destinado para a reserva de retenção de lucros, com base no orçamento de capital, a ser aprovado pelo Conselho de Administração e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Em 31 de dezembro de 2022 foi utilizado o montante de R\$218.253 do saldo da reserva de retenção de lucros, para absorção do prejuízo acumulado de 2021, oriundo dos efeitos da reapresentação detalhada.

25.6. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.379.044	1.190.704
Reserva legal (5%)	(68.952)	(59.535)
Realização da reserva de reavaliação líquida de tributos	8.766	10.132
Reserva de redução de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)	(275.684)	(198.910)
Lucro líquido ajustado	1.043.174	942.391
Dividendos obrigatórios (25%)	260.794	235.598
. Valores pagos em 25 de agosto de 2023 - R\$0,766007970 (Valores pagos em 25 de agosto de 2022- R\$1,199472527340) por ação preferencial ⁽¹⁾	109.855	262.615
. Valores pagos em 04 de dezembro de 2023 - R\$1,8748262800 por ação ordinária e R\$1,108818300 por ação preferencial (Valores pagos em 25 de novembro de 2022 - R\$1,430000000 por ação ordinária e preferencial) ⁽¹⁾	300.623	313.087
. Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$1,444893640 (R\$1,674816565 em 2022) por ação do capital social ⁽²⁾	316.348	366.689
Total dos dividendos	726.826	942.391
% sobre o lucro líquido ajustado	70%	100%

(1) Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 10 de agosto e 09 de novembro de 2023, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de setembro de 2023, respectivamente.

(2) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

25.7. Outros resultados abrangentes

Refere-se à contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	(35.082)	(42.037)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	89.677	10.538
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	(30.490)	(3.583)
Saldo em 2023 e 2022	24.105	(35.082)

26. Receita operacional

	2023			2022		
	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ⁽¹⁾	R\$	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ⁽¹⁾	R\$
Residencial	1.326.625	3.669.516	3.819.651	1.289.692	3.378.410	3.272.950
Industrial	16.681	511.659	587.113	17.252	578.677	555.099
Comercial	103.498	1.295.855	1.409.560	102.160	1.354.977	1.330.281
Rural	175.936	1.301.524	1.290.212	173.320	1.281.973	1.104.690
Poder público	13.280	477.609	479.712	12.973	416.600	393.209
Iluminação pública	874	367.326	223.974	754	389.808	231.239
Serviço público	1.568	155.451	149.113	1.518	163.324	142.891
Consumo próprio	310	10.141	-	308	9.705	-
Subtotal	1.638.772	7.789.081	7.959.335	1.597.977	7.573.474	7.030.359
Suprimento de energia a concessionárias	-	612.676	44.028	-	1.000.330	132.454
Fornecimento não faturado líquido	-	101.931	96.366	-	28.034	92.615
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	747	-	1.002.472	511	-	910.494
Receita de construção da infraestrutura ⁽²⁾	-	-	939.309	-	-	950.663
Penalidades Regulatórias	-	-	(56.782)	-	-	(63.311)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	313.077	-	-	240.785
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	140.327	-	-	388.074
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	500.728	-	-	445.955
Outras receitas operacionais	-	-	64.366	-	-	56.848
Total - receita operacional bruta	1.639.519	8.503.688	11.003.226	1.598.488	8.601.838	10.184.936
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	1.537.256	-	-	1.359.220
PIS	-	-	132.649	-	-	127.287
COFINS	-	-	610.990	-	-	586.292
ISS	-	-	688	-	-	647
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	25.236	-	-	23.843
Encargos do consumidor - PROCEL	-	-	6.309	-	-	5.962
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.081.486	-	-	909.451
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	12.618	-	-	11.922
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	12.618	-	-	11.922
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	6.309	-	-	5.962
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	11.812	-	-	10.572
Total - deduções da receita operacional	-	-	3.437.971	-	-	3.053.080
Total - receita operacional líquida	1.639.519	8.503.688	7.565.255	1.598.488	8.601.838	7.131.856

⁽¹⁾ Informação não examinada pelos auditores independentes.

⁽²⁾ Receita de construção da infraestrutura - está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

27. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas Operacionais	Total	
	com energia elétrica	de operação	Prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda	2.615.414	-	-	-	2.615.414	2.665.450
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	573.762	-	-	-	573.762	518.517
Pessoal e administradores	-	192.549	13	90.939	283.501	215.987
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	855	855	1.386
Benefícios pós emprego	-	5.181	-	2.628	7.809	10.577
Material	-	36.782	-	14.295	51.077	59.942
Serviço de terceiros	-	221.171	-	154.917	376.088	306.734
Amortização e depreciação	-	260.942	-	17.585	278.527	242.077
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	123.159	-	-	123.159	153.513
Provisão (Reversão) de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	26.710	26.710	28.459
Custo de construção da infraestrutura	-	-	939.309	-	939.309	950.663
Outros ⁽¹⁾	-	14.160	-	39.406	53.566	55.547
Total	3.189.176	853.944	939.322	347.335	5.329.777	5.208.852

⁽¹⁾ Inclui no custo de serviço de operação R\$1.580 (R\$14.178 em 2022) referente a reembolso de geração térmica conforme Lei 12.111/2009.

Energia elétrica comprada para revenda

	MWH ⁽¹⁾		R\$	
	2023	2022	2023	2022
Energia de Itaipú - Binacional	1.487.242	1.491.925	322.864	440.937
Energia de leilão	4.054.105	3.457.475	938.097	799.603
Energia bilateral	2.266.962	2.616.191	874.336	967.819
Cotas de Angra	287.673	278.629	98.343	95.486
Energia de curto prazo - CCEE ⁽²⁾	322.232	15.488	53.269	118.309
Cotas Garantia Física	1.774.122	2.162.706	287.154	290.748
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	173.926	179.710	111.361	131.009
Energia de reserva - ERR	-	-	193.251	118.418
Reembolso CCC	-	-	(10.206)	(35.240)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(253.055)	(261.639)
Total	10.366.262	10.202.124	2.615.414	2.665.450

⁽¹⁾ Informação não examinada pelos auditores independentes.

⁽²⁾ Inclui demais custos, sendo os efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, encargos de serviços do sistema e de energia reserva.

28. Outros resultados

	2023	2022
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	8.038	12.338
Outras	2.820	2.592
	10.858	14.930
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(79.786)	(54.114)
Outras	(6.452)	(5.348)
	(86.238)	(59.462)
Total	(75.380)	(44.532)

29. Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	76.917	69.507
Variação monetária e acréscimos moratórios de energia vendida	127.839	124.261
Juros ativos	22.041	5.776
Ajuste a valor presente	851	518
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	9.863	45.376
Atualização monetária de depósitos judiciais	(498)	2.701
Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS	(15.980)	(16.780)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	88.607	107.166
Outras receitas financeiras	18.889	6.069
Total das receitas financeiras	328.529	344.594
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas - juros	(387.931)	(332.063)
(-) Transferência para ordens em curso	10.261	8.055
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	64.025	(21.603)
Juros e multas	(2.446)	(1.626)
Marcação a mercado de dívidas	(115.281)	64.576
Marcação a mercado de derivativos	121.230	(69.041)
Instrumentos financeiros derivativos	(359.456)	(223.395)
Ajuste a valor presente	5.515	(6.652)
Atualização projetos PEE - P&D	(3.881)	(3.625)
Juros de incorporação de redes	(60.315)	(84.808)
Atualização monetária de provisão para risco	781	2.546
Benefício pós-emprego - Plano de saúde	(12.080)	(9.792)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	(16.570)	(25.517)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	(88.625)	(107.195)
Outras despesas financeiras	27.960	(11.949)
Total das despesas financeiras	(816.813)	(822.089)
Despesas financeiras líquidas	(488.284)	(477.495)

30. Lucro por ação

	Exercícios findos em:	
	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido do exercício		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	932.552	805.190
Lucro disponível aos acionistas ordinárias	446.492	385.514
	1.379.044	1.190.704
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferenciais	143.412	143.412
Média ponderada de número de ações ordinárias	75.530	75.530
	218.942	218.942
Lucro líquido e diluído básico por ação em Reais R\$: ⁽¹⁾		
Ação preferencial	6,5026	5,6145
Ação ordinária	5,9115	5,1041

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

31. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância segurada	Prêmio anual	
			2023	2022
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética	25/08/2024	30.000	358	338
Riscos operacionais	22/06/2025	90.000	3.150	1.672
Responsabilidade civil geral	23/06/2025	90.000	1.658	1.134
Auto frota	23/10/2024	Até 1.110/veículos	211	187
Vida em grupo e acidentes pessoais	31/01/2026	154.310	440	400
Transporte nacional	04/04/2024	Até 5.000/viagem	29	37
Riscos diversos (RD) equipamentos	14/02/2025	10.000	45	36
Responsabilidade civil administradores e diretores (D&O)	05/03/2024	75.000	98	98
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - RETA (Drones)	12/01/2025	1.061/drone	4	4
			5.993	3.906

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no exercício foram de R\$313.077 (R\$240.785 em 2022), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		162.215	162.215	154.900	154.900
Consumidores e concessionárias		2.696.713	2.696.713	2.069.542	2.069.542
Títulos de crédito a receber		7.673	7.673	8.102	8.102
Ativos financeiros setoriais		-	-	324.332	324.332
		2.866.601	2.866.601	2.556.876	2.556.876
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	825.523	825.523	617.589	617.589
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	5.557.646	5.557.646	4.825.060	4.825.060
Instrumentos financeiros derivativos	2	249.321	249.321	276.278	276.278
		6.632.490	6.632.490	5.718.927	5.718.927

PASSIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado					
Fornecedores		608.823	608.823	469.816	469.816
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		5.428.066	5.436.544	4.973.038	4.983.888
Arrendamentos operacionais		1.934	1.934	2.548	2.548
Passivos financeiros setoriais		289.291	289.291	421.707	421.707
		6.328.114	6.336.592	5.867.109	5.877.959
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	172.416	172.416	198.516	198.516
		172.416	172.416	198.516	198.516

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2023 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$97.201 devedor (R\$46.877 em 2022) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2023, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 2023, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$18.080 devedor (R\$17.699 em 2022) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final dos exercícios é como segue:

	2023	2022
Dívida ⁽¹⁾	5.428.066	4.973.038
Caixa e equivalentes de caixa	(162.215)	(154.900)
Dívida líquida	5.265.851	4.818.138
Patrimônio líquido	3.761.112	3.099.193
Índice de endividamento líquido	1,40	1,55

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		572.875	-	-	-	35.948	608.823
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	12,44%	963.806	698.990	2.654.475	707.747	2.208.321	7.233.339
Instrumentos Financeiros Derivativos		59.258	2.935	(70.681)	(18.817)	(49.600)	(76.905)
Total		1.595.939	701.925	2.583.794	688.930	2.194.669	7.765.257

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	162.215	154.900
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	825.523	617.589
Consumidores e concessionárias	6	2.696.713	2.069.542
Títulos de crédito a receber	-	7.673	8.102
Ativos financeiros setoriais	9	-	324.332
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	5.557.646	4.825.060
Instrumentos financeiros derivativos	32	249.321	276.278

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

Para os contratos suscetíveis a variações ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou no exercício em 31 de dezembro de 2023 com queda de 7,21% sobre 31 de dezembro de 2022, cotado a R\$ 4,8413 / USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2023 era de 9,87%, enquanto 2022 foi de 16,00%. A taxa de câmbio do euro encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com queda de 3,91% sobre 31 de dezembro de 2022, cotado a R\$ 5,3516/Euro. A volatilidade do Euro era de 7,76% em 31 de dezembro de 2023.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em dezembro de 2023, excluídos os efeitos dos custos com captação, de R\$5.454.929 (R\$4.998.261 em 2022), R\$1.977.677 (R\$1.779.911 em 2022) estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº 18 e nº 19.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm custos e vencimentos conforme apresentado na nota explicativa nº 18.

O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	2023	2022
Ativo circulante	79.061	26.066
Ativo não circulante	170.260	250.212
Total do ativo	249.321	276.278
Passivo circulante	141.254	194.739
Passivo não circulante	31.162	3.777
Total do passivo	172.416	198.516

Os saldos apresentados acima, não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos em 31 de dezembro de 2023, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar e ao euro, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (moeda estrangeira)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Scotiabank	23.432	USD + 1,4200%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	24.876	EUR + 1,7459%	CDI + 1,60%	14/02/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - J.P. Morgan	58.525	USD + 3,5765%	CDI + 1,55%	18/03/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	20.619	(SOFR + 1,00%) x 117,647%	CDI + 1,40%	25/03/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.201	USD + 6,1785%	CDI + 1,40%	21/10/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	38.351	USD + 6,6706%	CDI + 1,45%	05/12/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	58.824	(SOFR + 0,80%) x 117,647%	CDI + 1,50%	30/01/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	44.265	USD + 6,31%	CDI + 1,57%	09/03/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	5.682	USD + 5,9176%	CDI + 1,55%	27/03/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Safra	3.101	USD + 7,55%	CDI + 1,60%	26/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Safra	2.623	USD + 7,55%	CDI + 1,60%	26/08/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Safra	2.322	USD + 7,55%	CDI + 1,60%	21/02/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Safra	43.246	USD + 7,55%	CDI + 1,60%	18/08/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank Of America	24.450	USD + 7,00%	CDI + 1,53%	17/11/2025	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA x EMT	73.494	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMT	1.965	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMT	3.657	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú x EMT	256.667	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMT	73.311	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,78%	15/04/2024	Não Designada
Bank of America x EMT	64.107	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	15/10/2026	Não Designada
Itaú x EMT	181.887	IPCA + 4,88%	CDI + 0,020%	15/10/2026	Não Designada
BR Partners x EMT	395.568	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,705%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners x EMT	164.437	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners x EMT	95.563	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como “*fair value option*”, vigentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida designada para “Fair Value Option”	2.057.812	1.782.943	Moeda Estrangeira	(1.977.117)	(1.735.873)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira	1.977.117	1.783.880
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(2.122.380)	(1.821.273)
			Posição Líquida Swap	(145.263)	(37.393)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(2.122.380)	(1.773.266)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo (“*fair value hedge*”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida (Objeto de Hedge) ⁽¹⁾	1.310.655	1.393.421	Taxa Pré-Fixada	(1.199.619)	(1.215.973)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	1.566.289	1.555.482
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.344.121)	(1.440.327)
			Posição Líquida Swap	222.168	115.155
			Posição Líquida Dívida + Swap	(977.451)	(1.100.818)

⁽¹⁾ Os empréstimos designados formalmente como “*Fair Value Hedge*” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo, conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente

do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moedas estrangeiras também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2023, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (¹)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(2.057.812)		(2.018.046)	(2.502.383)	(2.986.721)
Variação Dívida			39.766	(444.571)	(928.909)
Swap Cambial					
Posição Ativa	1.977.117		1.937.351	2.421.688	2.906.026
Instrumentos Financeiros Derivativos					
Variação		Alta Cambio	(39.766)	444.571	928.909
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(2.122.380)		(2.122.380)	(2.122.380)	(2.122.380)
Variação - Taxa de Juros CDI					
Subtotal	(145.263)		(185.029)	299.308	783.646
Total Líquido	(2.203.075)		(2.203.075)	(2.203.075)	(2.203.075)

(¹) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2023, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente seria de R\$2.203.075 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (¹)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(1.310.655)		(1.310.655)	(1.310.655)	(1.310.655)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa		Alta CDI			
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa Pré	1.566.289		1.566.289	1.566.289	1.566.289
Variação	-		-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(1.344.121)		(1.344.121)	(1.445.944)	(1.554.417)
Variação	-		-	(101.823)	(210.296)
Subtotal	222.168		222.168	120.345	11.872
Total Líquido	(1.088.487)		(1.088.487)	(1.190.310)	(1.298.783)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	825.523	Alta do CDI	74.297	92.871	111.446
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(2.122.380)	Alta do CDI	(191.014)	(238.768)	(286.521)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(1.278.494)	Alta do CDI	(115.064)	(143.830)	(172.596)
	(1.832.150)	Alta do IPCA	(84.645)	(105.806)	(126.968)
	(13.066)	Alta do INPC	(485)	(606)	(728)
	(353.542)	Alta do TR	(8.450)	(10.563)	(12.675)
Subtotal ⁽²⁾	(5.599.632)		(399.658)	(499.573)	(599.488)
Total (Perdas)	(4.774.109)		(325.361)	(406.702)	(488.042)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2024 (9,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2023, IPCA 4,62% ao ano, INPC 3,71% ao ano e TR 2,39% ao ano.

⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$144.703.

33. Benefícios pós-emprego

33.1. Composição dos passivos de benefício pós-emprego relacionados aos planos de aposentadoria e pensão e plano de saúde:

	Plano de Saúde	Plano de Previdência				Total	
		Passivo Atuarial - Plano BD	Contrato de dívida		Total Plano de Previdência	2023	2022
			Plano CD	Plano BD			
Total	27.096	1.837	11.690	1.376	14.903	41.999	119.713
Circulante	4.867	377	1.157	-	1.534	6.401	13.614
Não circulante	22.229	1.460	10.533	1.376	13.369	35.598	106.099
Benefícios pós-emprego						28.933	105.746
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas						13.066	13.967

33.2. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinada de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Já os planos na modalidade contribuição definida não estão sujeitos à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação no âmbito do CPC 33(R1).

A administração desses planos é realizada por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia no exercício de 2023 são:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Cemat BD-I	BD	Fechado	01/01/1994	<ul style="list-style-type: none"> • Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; • Complementação de aposentadoria especial; • Complementação de aposentadoria por idade; • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de pensão por morte; e • Complementação de abono anual;
Plano Cemat OP	CV	Fechado	01/01/1999	<ul style="list-style-type: none"> • Renda Mensal, com reversão aos beneficiários; • Pecúlio por Invalidez ou Morte.
Plano Risco	BD	Fechado	01/08/1986	<ul style="list-style-type: none"> • Suplementação da aposentadoria por invalidez; • Suplementação do auxílio-doença; • Abono Anual; • Suplementação da pensão por morte; e • Pecúlio por morte.
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	<ul style="list-style-type: none"> • Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$6.797 (R\$5.972 em 2022), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

Em 2023 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$37, valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais.

Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano vinculado à patrocinadora EAC está apresentado a seguir:

	2023	2022
Ativos	2.121	2.012
Auto patrocinados	7	4
Benefício Proporcional Diferido - BPD	31	23
Assistidos	459	455
Total	2.618	2.494

Migração entre planos

Em 2022, 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos Elétricas BDI, Elétricas OP e R para o Plano Energisa. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020. A migração ocorreu em quatro tranches, dezembro de 2020, julho de 2021, novembro de 2021 e julho de 2022. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano:

Plano	ACUMULADO	
	ATIVO	ASSISTIDO
Cemat BD	0%	85%
Cemat OP	0%	79%
Cemat OP + R	95%	0%
Plano R	33%	67%

Retirada de patrocínio

Em 31 de janeiro de 2023 a Companhia solicitou à EnergisaPrev a retirada de patrocínio dos planos de benefício, Elétricas BD, Elétrica OP, Plano R, em face ao reduzido número de participantes remanescentes nesses planos, após os movimentos de migrações concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo.

Em 18 de janeiro de 2024 a PREVIC-Superintendência Nacional de Previdência Complementar comunicou a EnergisaPrev quanto ao arquivamento da solicitação de retirada de patrocínio, baseada na publicação e entrada em vigor da nova resolução que dispõe sobre a retirada de patrocínio “Resolução CNPC/MPS nº 59, de 13 de dezembro de 2023”, e orientou a entidade aguardar a edição do normativo que regulamentará a referida resolução para a proposição de novo pedido de retirada de patrocínio.

33.2.1. Situação financeira dos planos de benefícios definidos - avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	2023			2022		
	CEMAT BD-I	CEMAT OP ⁽¹⁾	RISCO	CEMAT BD-I	CEMAT OP ⁽¹⁾	RISCO
Número Ativos	-	-	46	-	-	60
Número Aposentados	5	31	8	5	33	8
Número Beneficiários Pensionistas	12	19	14	14	18	13
Total	17	50	68	19	51	81

⁽¹⁾ No plano Elétricas OP, os participantes ativos e determinados assistidos não foram avaliados, tendo em vista características do plano de capitalização financeira.

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	2023			2022		
	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO
I - Tábuas Biométricas⁽¹⁾						
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo (4)	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Frac)	N/A	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	N/A	LIGHT (Frac)
Tábua de Inválidos ⁽²⁾	MI-85 por sexo	N/A	MI-85 por sexo	MI-85	N/A	MI-85
II - Variáveis Econômicas						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	5,75%	5,75%	5,75%	6,26%	6,26%	6,26%
Expectativa de Inflação Futura ⁽³⁾	4,00%	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	9,98%	9,98%	9,98%	11,57%	11,57%	11,57%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	9,98%	9,98%	9,98%	11,57%	11,57%	11,57%
Taxa de Rotatividade	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Taxa de Crescimento Salarial	2,19%	N/A	2,19%	8,02%	N/A	8,02%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	N/A	100%	100%	100%	100%
Índice do Plano	INPC/IBGE	INPC e variação da Cota	INPC/IBGE	INPC/IBGE	INPC e variação da Cota	INPC/IBGE
Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
III - Tábua de anuidade de pensão						
Composição Familiar (Ativos)	N/A	N/A	Família Média Padrão	Família Média Padrão	N/A	Família Média Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real

- (1) Relatório de Estudo de Aderência Biométrico.
(2) Tábuas específicas por sexo.
(3) Relatório de Boletim FOCUS.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo o CPC33 (R1).

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

c. Conciliação da posição dos planos

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

	2023				2022			
	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	TOTAL	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2022 e 2021	3.799	23.063	10.202	37.064	22.690	54.359	20.878	97.927
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(448)	1.336	726	1.614	2.161	(3.920)	480	(1.279)
Retorno esperado dos ativos do plano	448	2.569	1.132	4.149	2.177	5.269	2.011	9.457
Contribuições do empregador	248	-	485	733	394	-	345	739
Contribuições dos participantes	112	-	-	112	240	-	5	245
Benefícios pagos	29	(1.739)	(1.162)	(2.872)	(2.552)	(2.667)	(1.457)	(6.676)
Custo do serviço passado (encurtamento)	-	-	-	-	(21.311)	(29.978)	(12.060)	(63.349)
Valor justo dos ativos em 2023 e 2022	4.188	25.229	11.383	40.800	3.799	23.063	10.202	37.064

Conciliação entre o saldo de abertura de fechamento - Obrigação	2023				2022			
	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	TOTAL	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	TOTAL
Valor presente das obrigações em 2022 e 2021	2.811	19.819	13.271	35.901	26.411	49.734	28.924	105.069
Custo do serviço corrente	-	-	7	7	-	-	14	14
Custo dos juros	336	2.194	1.487	4.017	2.551	4.804	2.820	10.175
Contribuições de participantes	112	-	-	112	240	-	5	245
(Ganhos)/Perdas atuariais	35	431	993	1.459	(977)	(798)	(3.348)	(5.123)
Benefícios pagos	29	(1.739)	(1.162)	(2.872)	(2.552)	(2.667)	(1.457)	(6.676)
Custo do serviço passado (encurtamento)	-	-	-	-	(22.862)	(31.254)	(13.687)	(67.803)
Valor presente das obrigações em 2023 e 2022	3.323	20.705	14.596	38.624	2.811	19.819	13.271	35.901

Posição Líquida dos planos	2023				2022			
	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	TOTAL	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	TOTAL
Valor justo dos ativos	4.188	25.229	11.383	40.800	3.799	23.063	10.202	37.064
Valor presente das obrigações	(3.323)	(20.705)	(14.596)	(38.624)	(2.811)	(19.819)	(13.271)	(35.901)
Posição líquida	865	4.524	(3.213)	2.176	988	3.244	(3.069)	1.163

Limite do Ativo	(865)	(4.524)	-	(5.389)	(988)	(3.244)	-	(4.232)
Déficit passível de reconhecimento	-	-	(3.213)	(3.213)	-	-	(3.069)	(3.069)

Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras:

Movimentação dos Saldos	2023	2022
Posição líquida em 2022 e 2021	3.069	11.767
Efeito em Outros Resultados Abrangentes - ORA	267	(5.979)
Contribuição do empregador	(485)	(739)
Impacto decorrente de redução no plano (encurtamento)	-	1.927
Transferência de dívida entre plano (BD-CD)	-	(5.104)
Efeito no resultado do exercício	362	1.197
Posição líquida em 2023 e 2022	3.213	3.069
Circulante	377	362
Não Circulante	2.836	2.707

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2024, segundo os critérios do CPC 33 (R1) é como segue:

	2024
Custo do serviço corrente	6
Custo dos juros	1.625
Retorno dos Ativos do Plano	(1.254)
Total da despesa a ser reconhecida	377

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	2023			2022		
	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO
Investimentos:						
Títulos públicos	74,50%	78,98%	65,91%	78,13%	66,76%	67,48%
Créditos privados e depósitos	2,50%	1,39%	1,08%	5,53%	2,87%	2,47%
Fundos de investimento	21,96%	19,39%	32,29%	15,05%	29,68%	28,72%
Operações com participantes	1,04%	0,24%	0,72%	1,29%	0,69%	1,33%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

e. Análise de Sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

Plano Beneficiário	2023			2022		
	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,5%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,5%	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%
CEMAT BD-I	3.323	3.435	3.216	2.811	2.858	2.766
CEMAT OP	20.705	21.404	20.039	19.818	20.148	19.497
RISCO	14.596	15.089	14.126	13.271	13.547	13.056

33.3. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade pós pagamento. Nessa modalidade as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste

total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as despesas operacionais com o plano de saúde foram de R\$23.029 (R\$22.070 em 2022). Inclui R\$1.172 (R\$1.831 em 2022) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós-emprego.

	2023	2022
Valor presente das obrigações no início do exercício	104.384	97.442
Custo do serviço corrente	1.172	1.831
Custos dos juros	12.080	9.792
(Ganhos)/Perdas atuariais - ORA	(90.540)	(4.681)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	27.096	104.384
Circulante	4.867	13.253
Não circulante	22.229	91.131

Demonstração das despesas para os exercícios de 2024, segundo critérios do CPC 33 (R1):

Descrição	2024
Custo do serviço corrente	2.163
Custos dos juros	2.704
Total da despesa a ser reconhecida	4.867

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2023		2022		
	UNIMED NACIONAL	BRADESCO	UNIMED CUIABÁ	UNIMED NACIONAL	SULAMERICA
VARIÁVEIS ECONÔMICAS					
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	5,75%	5,75%	6,26%	6,26%	6,26%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	9,98%	9,98%	11,57%	11,57%	11,57%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	5,00%	5,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
Taxa de Rotatividade	9,50%	6,00%	9,50%	9,50%	9,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	90,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%	Nulo	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS					
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

34. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia ⁽¹⁾					
Vigência	2024	2025	2026	2027	Após 2027
2023 a 2053	2.498.543	2.257.081	2.338.558	2.250.026	23.167.575

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfra e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os mesmos, foram homologados pela ANEEL.

35. Meio Ambiente ^(*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes, linhas e subestações: Os empreendimentos em ampliação, instalação e operação são submetidos ao licenciamento ambiental de acordo com a esfera de licenciamento (municipal, estadual e federal). O licenciamento ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), conforme Lei Federal Nº 6.938/1981, que preconiza que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.
2. Na fase prévia são realizados estudos ambientais (EIA/RIMA, Relatórios Simplificados e outros) para avaliar se o empreendimento possui viabilidade socioambiental conforme suas características e localização, para obtenção da Licença Prévia ou licenças similares. Nesta fase são envolvidos os órgãos ambientais competentes (Secretarias municipais, Órgãos Estaduais e Ibama) e intervenientes (FUNAI, ICMBio, IPHAN e outros).
3. Na fase de instalação/ampliação dos empreendimentos, após a obtenção da Licença de Instalação, é prevista a necessidade de autorização e anuências complementares, sempre que aplicável, como autorizações de supressão de vegetação, intervenção em APP, outorgas, autorização de interferência em patrimônio históricos e cultural, interferência em Zonas de Amortecimentos de Unidades de Conservação e de Terras Indígenas etc. Nesta fase também são implantados os programas e planos de prevenção e mitigação de impactos ambientais e medidas compensatórias.
4. Para as Redes Rurais - RDR's é necessário fazer o RAS - Relatório Ambiental Simplificado das ligações de clientes rurais em áreas sensíveis (Unidades de Conservação, Área de Preservação Permanente, Pantanal e Zonas de Amortecimento) e inventário florestal (quando necessário), o órgão emite um Certificado Ambiental e Autorização de desmate.
5. Em 2023, duzentos e cinquenta e um (251) clientes foram atendidos através do Programa "Mais Luz para a Amazônia - MLpA", recebendo energia através da instalação de sistema fotovoltaicos individuais. Estes clientes se encontram isolados ou muito distantes do sistema de distribuição, impossibilitando o atendimento pelo método convencional. Grande parte dos clientes atendidos no MLpA são comunidades e povos tradicionais (indígenas, ribeirinhos e outros) do Estado de Mato Grosso.
6. Na operação dos empreendimentos são implantados programas e planos ambientais específicos para esta fase, com o objetivo de manutenção e renovação das Licenças de Operação. Entre as medidas mitigadoras de impacto na fase de operação destaca as manutenções das redes em áreas arborizadas, na fase de instalação são utilizados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com a vegetação, de forma a evitar podas indesejáveis. E em caso de necessidade de podas, são realizadas o mínimo possível, para não comprometer a distribuição de energia.

7. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo isolante mineral, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente.
8. A realização de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de Bifenilos policlorados - PCB e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais e da Convenção de Estocolmo.
9. Destinação final de lâmpadas e outros resíduos perigosos: a Companhia possui procedimento para destinação de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias. Os resíduos são destinados por empresas especializadas e devidamente licenciadas.
10. Na Contratação de fornecedores: contrata fornecedores que comprovadamente tenham boa conduta ambiental. E informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente, que visam, em suma, preservar a vida.
11. Patrocínios de projetos ambientais e sociais: parceria com o Poder Judiciário de Mato Grosso com o Projeto Verde Novo, que tem como objetivo intensificar a distribuição de mudas de árvores nativas. Patrocínio para Associação Cultural Flor Ribeirinha, que trabalha há mais de 30 anos no resgate, manutenção, proteção e difusão da cultura popular, sobretudo o Siriri e Cururu, bem como outras formas de expressão da cultura regional em todo o Estado de Mato Grosso.

No exercício de 2023, os montantes investidos nos projetos descritos acima, totalizaram R\$182.171 (R\$102.889 em 2022).

(¹) Não examinado pelos auditores independentes.

36. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2023	2022
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de ativos	445.452	711.225
Ativo financeiro indenizável da concessão - valor justo ativo indenizável	313.077	240.785
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	77.589	30.204
Incorporação de redes	151.937	133.166
Benefício pós-emprego -déficit atuarial	1.376	1.707
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	77.589	30.204
Ativo Contratual - Infra-estrutura em construção	151.937	133.166
Atividade de financiamento		
Empréstimos e financiamentos -déficit atuarial	1.376	1.707

37. Evento subsequente

37.1. Emissão de Debêntures

Em 07 de fevereiro de 2024 a companhia efetuou a 17ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$400.000 com vencimento 15 de fevereiro de 2031 e remuneração de IPCA mais 6,1076% ao ano, os recursos foram disponibilizados em conta corrente em 07 de fevereiro de 2024, os recursos serão destinados para o financiamento futuro do projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

37.2. Dividendos do exercício de 2023

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2023, no montante de R\$316.348, equivalentes a R\$1,44489364016 por ação ordinária e preferencial do capital social. Os pagamentos serão efetuados no dia 12 de abril de 2024, com base na posição acionária do dia 15 de março de 2024, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cuiabá, 12 de março de 2024.

Gabriel Alves Pereira Junior
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Fabricio Sampaio Medeiros
Diretor Técnico e Comercial

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" MT

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cuiabá, 12 de março de 2024.

Gabriel Alves Pereira Junior
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Fabricio Sampaio Medeiros
Diretor Técnico e Comercial

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" MT

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho
Presidente

Ricardo Perez Botelho
Vice-Presidente

Marcelo Silveira da Rocha
Conselheiro

Hélio Tito Simões de Arruda
Conselheiro

Conselho Fiscal

Flavio Stamm
Membro efetivo

Daniel Vinicius Alberini Schricke
Membro efetivo

Jorge Nagib Amary Junior
Membro efetivo

Gilberto Lerio
Membro suplente

Francisco Asclépio Barroso Aguiar
Membro suplente

Gilberto Aparecido de Farias
Membro Suplente

Diretoria Executiva

Gabriel Alves Pereira Júnior
Diretor Presidente

Mauricio Perez Botelho
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Fabício Sampaio Medeiros
Diretor Técnico e Comercial

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" MT

Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede elétrica

Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 26 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade de sua rede elétrica, através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo de medição de volumes de energia e tarifas aplicadas; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) a execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede elétrica estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórias

Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórias (doravante “provisão para riscos”), cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus advogados, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso; (c) verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus advogados sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4